



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ALINE MARIA PICCELLI

**NEOLIBERALISMO, CRIME ORGANIZADO E MILÍCIA NOS
MORROS CARIOCAS NOS ANOS 1990 E 2000**

ALINE MARIA PICCELLI

**NEOLIBERALISMO, CRIME ORGANIZADO E MILÍCIA NOS
MORROS CARIOCAS NOS ANOS 1990 E 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, aprovada pela banca avaliadora para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P587n Piccelli, Aline Maria.

Neoliberalismo, crime organizado e milícia nos morros cariocas nos anos 1990 e 2000 / Aline Maria Piccelli. – Londrina, 2013.

80 f. : il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Neoliberalismo – Teses. 2. Crime organizado – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Milícia – Teses. 4. Comunidade – Teses. 5. Ciências sociais – Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.334.55/.56

ALINE MARIA PICCELLI

**NEOLIBERALISMO, CRIME ORGANIZADO E MILÍCIA NOS
MORROS CARIOCAS NOS ANOS 1990 E 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, aprovada pela banca avaliadora para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Jair Pinheiro
UNESP – São Paulo – SP

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira
UEL – Londrina - PR

Londrina, 02 de maio de 2013.

À minha avó Adinis que sempre apoiou e incentivou
a trajetória acadêmica de seus filhos e netos.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares que acompanharam e contribuíram para a concretização desse trabalho, em especial a meus pais: Pedro e Ledvina e ao meu irmão Marcelo, que acompanharam mais de perto esse desafio.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Eliel Ribeiro Machado, agradeço não apenas pela orientação, mas também por todo o meu histórico acadêmico, que desde a graduação, inclusive no GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina), acompanhou meu tema e acreditou na finalização dos meus trabalhos.

À banca de qualificação formada pelos professores Dr. Pedro Roberto Ferreira e Dr. Sávio Machado Cavalcante que tanto contribuíram para a finalização deste trabalho.

Ao meu amigo e namorado Luis Carlos, que sempre me apoiou, ajudou e proporcionou que fosse possível concretizar esse curso.

Muito obrigada a todos vocês.

PICCELLI, Aline Maria. *Neoliberalismo, crime organizado e milícia nos morros cariocas nos anos de 1990 e 2000*. 2013. 80f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

RESUMO

No decorrer deste trabalho, analisamos o crime organizado carioca sob as políticas neoliberais nos anos 1990 e 2000. Como pano de fundo temos as milícias que, no seu surgimento, não eram consideradas como integrantes do crime organizado, muito pelo contrário, as milícias tiveram sua aceitação tanto pela população em geral quanto pelos governantes, ao menos em princípio. Para que consigamos demonstrar que a atuação miliciana faz parte da criminalidade, analisamos também as características econômicas e sociais do crime organizado em geral, a partir das quais esclarecemos que, no fundo, se trata da produção e da circulação de mercadorias praticamente nos mesmos moldes das consideradas lícitas. Desse modo, procuramos compreender a inserção do crime organizado dentro do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que voltamos nossas atenções para a atuação dos governos federal e estadual no que diz respeito às questões sociais, ao problema da segurança pública e ao combate à criminalidade. Não desconsideramos, ainda, o impacto social da atuação das milícias para a população dos morros quanto para as estruturas institucionais.

Com o intuito de contextualizar o cenário brasileiro, iniciamos nosso trabalho a partir da implantação da política neoliberal na Inglaterra e Estados Unidos e posterior disseminação para a América Latina, suas políticas e consequências, principalmente as sociais. A partir dos anos 1990 – e estendendo-se aos anos 2000 –, pretende-se discutir as principais mudanças políticas, sociais e econômicas advindas das eleições de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ao mesmo tempo em que se procurará detectar alguns elementos que propiciaram o aumento da criminalidade, a expansão do crime organizado, abordando o tráfico de drogas, tráfico de armas e a atuação das milícias, como contribuem na composição do crime organizado nacional, e a consequente “lavagem de dinheiro” no país oriunda das operações ligadas ao tráfico de drogas e armas. E por fim, não deixamos de lado a reação do Estado à criminalidade atual, a intervenção nos morros cariocas e a instalação das chamadas UPPs, Unidades de Polícia Pacificadora.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Crime organizado. Milícias.

PICCELLI, Aline Maria. *Neoliberalism, organized crime and militia in the hills of Rio in 1990 and 2000*. 2013. 80p. Dissertation (Master in Social Sciences) - University of Londrina, Londrina. In 2013.

ABSTRACT

In this work, we analyze organized crime in Rio neoliberal policies in the 1990s and 2000s. As background we have militias which, in its appearance, were not regarded as members of organized crime, on the contrary, the militias had their acceptance by both the general population and by the rulers, at least in principle. For that we can demonstrate that the performance is part of the militia crime, we also analyzed the economic and social characteristics of organized crime in general, from which we clarify that, at bottom, it is the production and movement of goods in practically the same way considered lawful. We sought to understand the practice of organized crime within the Brazilian capitalism, while we turn our attention to the actions of the federal and state governments with regard to social issues, the issue of public safety and combating crime. Do not disregard also the social impact of the actions of militias for the people of the hills and to institutional structures.

In order to contextualize the Brazilian scenario, we start our work from the implementation of neoliberal policy in England and the United States and later spread to Latin America, its policies and consequences, mainly social. From the 1990s - and extending to the 2000s - is intended to discuss the major political, social and economic stemming election of Fernando Collor de Mello (1990-1992) and Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), at the same time as they seek to detect some factors that led to increased crime, the spread of organized crime, tackling drug trafficking, arms trafficking and the role of the militias, contributing as the composition of the national organized crime, and the resulting "wash money "in the country arising from transactions related to trafficking in drugs and weapons. And finally, we leave aside the reaction of the current state of crime, intervention in the hills of Rio and the installation of the UPPs calls, Pacifying Police Units.

Keywords: Neoliberalism. Organized crime. Militias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO CRIME ORGANIZADO SOB O NEOLIBERALISMO	10
2 NEOLIBERALISMO CRIME ORGANIZADO E MILÍCIAS NO BRASIL	23
3 CRIME ORGANIZADO E ATUAÇÃO DAS MILÍCIAS EM SUA RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO	36
3.1 RETRATO DO TRÁFICO DE DROGAS NO CENÁRIO CARIOCA	40
3.2 O TRÁFICO DE ARMAS	45
3.3 MILÍCIAS	52
3.4 UPPs	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
FONTE DE CONSULTA NA INTERNET	80

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho possui como preocupação inicial a demonstração das milícias como uma das faces do crime organizado brasileiro. Partimos deste objeto para discutirmos as suas influências e a sua atuação no contexto político, econômico e social na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000. Escolhemos este município por se tratar da região do país onde elas são mais evidentes e, por isso mesmo, “contam” com maior publicização nos meios de comunicação de massa, o que nos facilita no acesso às informações sobre o assunto.

Para analisarmos esse contexto, faz-se necessário que consideremos em que consiste a política atual de segurança, especialmente a partir da implantação de políticas neoliberais e como elas interferiram no ordenamento social coletivo, englobando as classes e as comunidades dos morros. Desse modo, iniciamos esta dissertação abordando a implantação do neoliberalismo na Inglaterra em 1979, e em seguida nos Estados Unidos em 1980. Em termos teóricos, pode-se considerar Friedrich Hayek como um dos seus principais ideólogos a partir do primado do “Estado mínimo”, em contraposição ao Estado de bem-estar social que, segundo os autores, era deficitário por atender muitas demandas oriundas dos trabalhadores.

O neoliberalismo se expande pela América Latina durante as décadas de 1980 e 1990, num momento em que as ditaduras militares apresentavam fortes sinais de desgaste e já não gozavam da legitimidade inicial em seus respectivos países, uma vez que a crise econômica dos anos 1970 assolava os países dependentes, não deixando alternativas às classes dominantes, a não ser aderir à “nova política imposta”.

No Brasil o cenário não era diferente, com a eleição de Fernando Collor de Mello e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, o neoliberalismo foi de fato efetivado no país, trazendo todas as suas características e consequências sociais que lhe couberam. Procuramos demonstrar como a política adotada interferiu no cotidiano da população, enfatizando a questão da segurança pública que deixou a desejar às classes trabalhadoras, abrindo espaço para ação de grupos criminosos que, de forma dissimulada, acumulam capital.

No último capítulo, apresentaremos nosso objeto propriamente dito: as milícias e suas relações com outras formas de crime organizado. Além das milícias, abordamos também o tráfico de drogas e armas, já que estão intrinsecamente ligados. Demonstramos, pois, como as milícias, além de contribuírem para o acúmulo de capital dos grupos que atuam nesse segmento, estão diretamente ligadas ao crime organizado e ao mesmo

tempo à máquina pública, tanto por meio dos servidores públicos que atuam como milicianos, como também dos parlamentares eleitos em parceria com as milícias.

Por outro lado, diante desse cenário, o Estado, tendo em vista os eventos esportivos mundiais que estão por vir, adota medidas de intervenção nos morros cariocas com a instalação das UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora que, a nosso ver, são superficiais, sem que a qualidade de vida da população seja, de fato, melhorada.

1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO CRIME ORGANIZADO SOB O NEOLIBERALISMO

Atualmente, o cenário político-econômico mundial nos apresenta uma economia que se deve muito a Friedrich Hayek, idealizador do chamado *modelo neoliberal*. “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. (ANDERSON, 1995, p.9) Hayek escreveu seu texto *O Caminho da Servidão* em 1944, porém, é apenas com a crise do Estado de bem-estar social que suas ideias – que possuem o objetivo de buscar um Estado forte e romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas – ganham força e terreno.

Inicialmente foi posto em prática por Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra e em seguida por Ronald Reagan em 1980 nos EUA. A partir daí, o modelo se espalhou por toda a América Latina e o restante do continente. O principal objetivo do neoliberalismo, segundo Harnecker (2000) é buscar a estabilidade monetária:

Entre as medidas econômicas para favorecer a livre circulação do capital, contam-se: a abertura incontrolada dos mercados: a desregulamentação ou eliminação de todas as regras para o capital estrangeiro; a privatização das empresas estatais das instituições que prestavam serviços sociais: educação, saúde, fundos de pensões, construção de habitação etc., com a conseqüente redução do papel do Estado e das despesas sociais; a luta prioritária contra a inflação; a flexibilidade no plano laboral. (HARNECKER, 2000, p.193)

Segundo Perry Anderson (1995), os governos Thatcher e Reagan tiveram processos diferentes devido a cada contexto regional específico, porém com os mesmos objetivos. Na Inglaterra, Thatcher contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu o controle de fluxos financeiros, criou níveis de desemprego massivo, greves, nova legislação anti-sindical, corte dos gastos sociais e um amplo programa de privatizações.

Já nos Estados Unidos, o foco estava na competição militar com a União Soviética¹, entre outras medidas, o governo Reagan reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria da sua gestão.

¹ “[...] lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana”. (ANDERSON, 1995, p.12)

Gradativamente, o neoliberalismo foi sendo adotado também nos países europeus e América Latina². Ainda de acordo com Perry Anderson (1995), o principal objetivo dessa política, que era deter a inflação dos anos 1970, foi alcançado. No conjunto de países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (ODCE) a taxa da inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos de 1970 e 1980, mantendo a mesma tendência para a década de 1990. Outro índice que melhorou significativamente foi a recuperação dos lucros, por exemplo, na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos foi para 5,3 pontos positivos.

Porém, essa melhora no cenário econômico se deu à custa dos trabalhadores, a derrota do movimento sindical quase eliminou os movimentos grevistas da década de 1980, o que proporcionou uma notável contenção nos salários. O crescimento das taxas de desemprego foi concebido como um mecanismo natural e necessário para uma economia eficiente. Outro aspecto foi o grau de desigualdade gerado entre a população.

Entre ganhos e perdas no neoliberalismo, vemos que entre os anos de 1970 e 1980 “não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimentos, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 (1950) e 60 (1960), restam somente uma lembrança distante”. (ANDERSON, 1995, p.15)

A recuperação dos lucros não levou os países à recuperação dos investimentos. Mesmo com a diminuição dos investimentos sociais, os gastos com o desemprego e o aumento demográfico de aposentados, levou o Estado a gastar bilhões nesse setor.

Para Marta Harnecker (2000), o neoliberalismo alterou a característica das cidades, os países mais ricos expandiram suas fábricas para países do chamado Terceiro Mundo, buscando mão-de-obra barata. Para a autora, um número crescente de pessoas passa a se ocupar com a economia de serviços reduzindo a força de trabalho que se dedicava à produção de bens materiais, o que fez gerar um aumento no índice de desemprego. “O neoliberalismo requer Estados que assegurem a estabilidade econômica e política, que criem condições jurídicas para as operações do capital transnacional e que forneçam a infraestrutura física e humana necessária para a acumulação do capital”. (HARNECKER, 2000, p.195)

As décadas de 1970 e 1980 foram décadas de crise e endividamento para os países da América Latina: alta inflação, modelo de exportação prejudicando a economia, queda do consumo das massas; todos esses aspectos contribuíram para o endividamento

² Com exceção do Chile que já havia tido uma experiência com a política neoliberal, com o golpe de Estado em 1973.

latino-americano. Entram em cena as instituições financeiras internacionais, encabeçadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Harnecker (2000), não havia alternativa entre os países latino-americanos em bancarrota financeira, a não ser aceitar a reestruturação econômica proposta pelo FMI.

Houve duas medidas que se tornaram as peças centrais da reestruturação econômica: em primeiro lugar, o controle da inflação por meio da adoção de uma drástica política de austeridade fiscal, do endurecimento da política monetária e creditícia e da redução dos salários reais; e, em segundo lugar, a maior privatização possível do setor público, sobretudo das suas companhias mais rentáveis, aceitando que estas fossem parar nas mãos do capital estrangeiro. (HARNECKER, 2000, p.204)

Além das características relacionadas à busca pelo denominado Estado mínimo, temos as estratégias para a fragmentação da sociedade. Quanto mais dividida em grupos minoritários menor é o questionamento da hegemonia da política neoliberal, permitindo a reprodução do sistema.

A base para manter esses grupos isolados entre si ou sujeitos a relações contraditórias é procurar conscientemente desorientá-los em relação aos seus possíveis objetivos comuns, impossibilitando que estas minorias assumam lutas coletivas. A sociedade fragmentada implica uma maioria – e às vezes um povo inteiro – que perdeu o rumo da sua própria causa nacional. (HARNECKER, 2000, p.211)

Segundo a autora, essa desorientação atua em três níveis: a automização da sociedade em grupos com escassa capacidade de poder; a orientação desses grupos para fins exclusivos e parciais e a anulação da sua capacidade negociadora para celebrar “pactos”. Com a fragmentação da sociedade, impede-se que se crie um conceito de maioria, a construção de uma hegemonia política, torna-se uma sociedade cada vez mais individualizada, não questionadora.

Ainda de acordo com a autora, o neoliberalismo se apoia na crise do Estado de bem-estar social fazendo com que o Estado mínimo ganhasse força e espaço, buscando destruir as conquistas dos trabalhadores e atingir as organizações de classe, para assim, eliminar toda a resistência ao livre jogo do mercado. “O modelo político do neoliberalismo consiste num Estado mínimo para defender os interesses dos trabalhadores e um Estado forte para criar as condições políticas que requer para o seu funcionamento econômico”. (HARNECKER, 2000, p.213)

Contribuindo para o neoliberalismo, também temos os meios de comunicação de massa, que mesmo tendo uma realidade de desigualdade crescente, possuem a capacidade de influenciar a opinião pública.

Para James Petras (1998), a transformação neoliberal na América Latina envolve mudanças que ocorreram nos últimos 20 anos, partindo de uma nacionalização industrial para uma estratégia exportadora, ligada ao capital externo e interno, e regulamentada no nível internacional.

[...] a nova estratégia foi o produto da ditadura militar, apoiada pelo governo dos Estados Unidos, órgãos financeiros internacionais, bancos privados e por uma elite econômica e tecnocrática minoritária na América Latina. Os mercados tornavam-se mais livres enquanto cadeias ficavam mais cheias. A desregulamentação das economias foi feita pela força das armas: o Estado autoritário aumentava a sua intervenção na sociedade enquanto diminuía alguns tipos de atividades econômicas. (PETRAS, 1998, p.25)

De acordo com Petras (1998), essa nova doutrina tinha como objetivos: o mercado sem intervenção estatal; desregulamentar a economia; privatizar as empresas públicas; promover a alimentação das economias laterais; administrar as variáveis macroeconômicas para evitar os déficits comerciais e orçamentários; e promover a exportação de alguns produtos especializados ao invés de incrementar o mercado interno. “A intervenção estatal não diminuiu: o que mudou, na realidade, foi o tipo e a direção da intervenção” (PETRAS, 1998, p.25) Entre as ações de intervenção do Estado, uma delas foi direcionar recursos econômicos dos serviços sociais dos grupos assalariados para os subsídios aos exportadores, como também, em medidas que iam ao encontro dos interesses dos trabalhadores, redução dos salários, quebra dos sindicatos, alterações nas leis trabalhistas, entre outras.

Quanto à desregulamentação do mercado, para Petras (1998), ela não ocorreu, o novo regime é formado por bancos internacionais que limitam o consumo local dos grupos assalariados para promover o lucro das elites exportadoras. As privatizações que ocorreram não eliminaram os monopólios:

A diferença crucial é a mudança de poder, controle e benefícios: os conglomerados exportadores e estrangeiros substituem os industriais nacionais, funcionários públicos e sindicatos como beneficiários e controladores, ou seja, o mercado internacional substitui o nacional; a concentração de renda substitui a distribuição mais equitativa; os serviços privados substituem os públicos; a riqueza privada acompanha o empobrecimento do bem-estar social: o ‘livre mercado’ não é ‘livre’ para a maioria do povo, nem se baseia exclusivamente no mercado. (PETRAS, 1998, p.26)

Com o chamado “livre mercado”, o endividamento da América Latina e a consequente transferência de capital, os serviços públicos deixam de ser prioridade, a população adoce, padrões de ensino diminuem e a pobreza e concentração de renda aumentam. Esse aumento da pobreza atrai grandes investidores para a exploração da mão-de-obra e matéria-prima baratas. “A economia cresce”, dizia um presidente brasileiro, ‘somente o povo sofre’’. (PETRAS, 1998, p.31)

Ainda segundo o autor, a política neoliberal é resultado da ascensão de uma nova classe de capitalistas, estes são detentores do controle da estratégia neoliberal:

A política neoliberal é o resultado da ascensão de uma nova classe de capitalistas transnacionais latino-americanos que possuem enormes investimentos e contas bancárias nos Estados Unidos e na Europa, e que são proprietários de indústrias exportadoras e de bancos ligados aos circuitos internacionais. Esses grupos controlam e determinam a estratégia externa que os intelectuais e dirigentes definem como sendo a ‘única alternativa’. (PETRAS, 1998, p. 31)

Para o autor, o neoliberalismo redefiniu as classes sociais. A classe trabalhadora assalariada foi dividida em três camadas. Em uma delas estão os técnicos qualificados, assalariados, profissionais liberais, gerentes, advogados ligados a empresas multinacionais e estrangeiras que se enriqueceram.

A segunda camada trata-se de uma gama estável de funcionários públicos e privados e de operários com padrões de vida em declínio. Explorados no trabalho e mal remunerados podemos citar também, funcionários da saúde pública e professores. Na base está a camada mais numerosa, são os trabalhadores informais e autônomos, que não possuem emprego fixo ou quaisquer benefícios sociais.

Além dessas camadas, temos o lumpemproletariado ligado à criminalidade. “Bem abaixo de toda a estrutura social encontra-se o crescente exército de lumpemproletários engajados em atividades ilegais como o tráfico de entorpecentes, contrabando, assassinatos e assaltos’’. (PETRAS, 1998, p.32)

Lumpemproletariado é um conceito que aparece em algumas obras de Marx, especialmente no *Manifesto do partido comunista* e, de maneira mais ampliada, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Nesta última, entretanto, o autor o define nos seguintes termos:

Lado a lado com *roués* decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni*, punguistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus*³, donos de bordéis, carregadores, *literati*, tocadores de realejo, trapaceiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que franceses chamam *la bohème*; [...]. [grifos no original] (MARX, s/d, p.243)

Paralelamente às medidas neoliberais, vemos um crescimento constante nos índices de violência e criminalidade. Principalmente com o corte de investimento nos serviços sociais e de segurança, o crime organizado, que já possuía sua estrutura, ganha espaço e força no cenário mundial. De acordo com Michael Woodiwiss (2007), os Estados Unidos têm desempenhado um papel central nos acordos internacionais e nas organizações que tratam de drogas e do tráfico desde o início do século XX. Em 1978, foi criado o Bureau de Assuntos Internacionais sobre Drogas (Bureau of International Narcotic Matters – INM). O foco do INM era impor aos outros países normas e regulamentações para impedir que seus cidadãos fornecessem drogas aos países que possuem o mercado mais rico do mundo. Na década de 1990, além do tráfico de drogas, foram incluídos também em sua pauta crimes de lavagem de dinheiro, contrabando de armas ou de outras mercadorias, tráfico humano e outras formas de crime transnacional. Em 1995 seu nome foi mudado para Bureau Internacional de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL). Sua principal tarefa é implantar uma estratégia de controle do crime, dos Estados Unidos.

Essa estratégia não se restringe apenas ao país norte-americano. “O INL também estimula ‘ativamente’ ‘governos estrangeiros a aprovar e fazer respeitar as leis baseadas nessas normas’”. (WOODIWISS, 2007, p.198) Os Estados Unidos forneceram o modelo de combate ao crime organizado e precisavam que os outros países aceitassem e colaborassem segundo suas linhas prescritas.

Na década de 1980, o INM teve um impacto significativo nos países produtores que tiveram que atender a algumas exigências visando à máxima redução da produção ilícita possível:

³ Alcoviteiros

A intenção era realizar isso inicialmente por meio da erradicação de culturas, mas também fazendo com que outros países adotassem legislação relativa à extradição de traficantes de drogas, lavagem de dinheiro e refino de matérias-primas. Se os países produtores deixassem de satisfazer às exigências dos Estados Unidos, nesses campos, perderiam os fundos norte-americanos de ajuda e enfrentariam diversas sanções, inclusive medidas que asfixiariam seu comércio de exportação. Também se arriscariam a perder a oportunidade de obter empréstimos do Banco Mundial e outros bancos multilaterais para fins de desenvolvimento. A maioria dos países em desenvolvimento tem, portanto, muito pouca margem de escolha, a não ser aceitar as exigências dos Estados Unidos. (WOODIWISS, 2007, p.199)

Como dissemos acima, o Banco Mundial e outros bancos internacionais possuem relacionamento intrínseco com o neoliberalismo, se recusar a adotar as medidas relacionadas ao combate ao crime organizado propostas pelos Estados Unidos, os países estariam se arriscando a sofrer sanções como a negativa em relação a empréstimos, dificuldades para exportação entre outros entraves.

Segundo o autor, os esforços para coibir o tráfico de drogas oriundo dos países produtores fracassaram já na metade da década de 1980. Ao invés de diminuir, de acordo com o relatório do Congresso de 1984 na maioria dos países, a produção e o tráfico aumentou. “Em vez de reexaminar a política de controle de drogas, o governo Reagan usou o INM e outras agências para globalizar ainda mais a política falida de proibição”. (WOODIWISS, 2007, p.200)

Entre outras medidas e imposições dos Estados Unidos, o resultado era negativo, as estatísticas das próprias Nações Unidas demonstravam que as estratégias internacionais não alcançaram o objetivo desejado:

Em 1986, a produção mundial de ópio era de cerca de 2 mil toneladas. Em 1994, já havia triplicado para mais de 6 mil toneladas. O número estimado de dependentes de drogas era de 141 milhões em todo o mundo inclusive 8 milhões de viciados em heroína, 30 milhões de usuários de anfetamina e 13 milhões de cocaína. Por causa da proibição, essas pessoas pagavam preços inflados pelas drogas, cuja produção continuava a ser barata. Uma multidão de plantadores, contrabandistas, distribuidores, funcionários corruptos e profissionais, como advogados, contadores e banqueiros, dividiam os lucros resultantes. (WOODIWISS, 2007, p.201)

A circulação monetária advinda do crime organizado estava sendo discutida em diversos setores e países. Tanto em conferências como, a “Crime Organizado Global – o Império do Mal”, realizada em Washington D.C., em setembro de 1994 ou a que ocorreu dois meses depois em Nápoles, “Conferência Ministerial Mundial sobre o Crime Organizado

Transnacional”, como também líderes de diversos países que reconheciam no crime transnacional uma ameaça ao Estado.

No entanto, as medidas norte-americanas contra as drogas não foram eficazes. De acordo com as estimativas da ONU, o consumo de drogas aumentou enquanto seu preço diminuiu:

O Programa Internacional das Nações Unidas para o Controle de Drogas (UNDCP) estimou em 2003 que o número total de pessoas que abusam das drogas chegava a duzentos milhões, equivalente a 3,4% da população global, ou 4,7% da população de idade igual ou superior a 15 anos. Esses números incluem 160 milhões de usuários de maconha, 34 milhões que usam anfetaminas, 8 milhões que preferem o ecstasy e cerca de 14 milhões que usam cocaína e outros tantos heroína. (WOODIWISS, 2007, p.209)

Ainda de acordo com Woodiwiss (2007), a década de 1980 foi um período de crises intensas e intervenção do FMI para fornecer um “pacote de socorro” aos países em crise da América Latina:

Possuía três pontos fundamentais: primeiro, os bancos comerciais concordariam em reescalonar as dívidas pendentes e fariam mais alguns empréstimos; segundo, o dinheiro do FMI complementaria esse pacote; terceiro, o fornecimento de recursos extraordinários ficaria condicionado à implementação de uma política de austeridade por parte do devedor. (WOODIWISS, 2007, p.214)

Desse modo, a lógica neoliberal do Estado mínimo, de redução de tarifas e barreiras ao comércio, de desregulamentação e privatização, foi sendo expandida pelo continente latino-americano.

Paralela à disseminação do neoliberalismo na América Latina, os países do chamado “socialismo real” começam a se abrir ao mercado. A China, após a morte de Mao Tsé-tung em 1976, a União Soviética após 1991, entre outros países.

Hoje em dia, os países do Segundo e do Terceiro Mundo já se renderam a um tipo de capitalismo *laissez-faire* que lembra os Estados Unidos da década de 1920. Isso se mostrou previsivelmente desastroso, abrindo vastas novas áreas de oportunidade para o crime e onerando intoleravelmente os povos desses países. (WOODIWISS, 2007, p.217)

Para o autor, a liberalização econômica não foi acompanhada por um controle adequado das operações financeiras e negócios internacionais. Essa ausência de controle e as condições favoráveis ao crime criadas, “tenderam a tornar os ricos mais ricos e

os pobres mais desesperados” (WOODIWISS, 2007, p.218) O autor se refere tanto a crimes empresariais, também conhecidos como crimes do “colarinho branco”, quanto ao crime organizado, por exemplo, o tráfico de armas.

Principalmente após o fim da Guerra Fria, os Estado Unidos e a União Soviética possuíam um grande arsenal que foi despejado no mercado a preços bem menores do que habitualmente comercializados. Dessa forma, a indústria norte-americana continuava a prover as necessidades de paramilitares, guerrilheiros e traficantes de drogas da América Latina, como também de grupos armados na África, Ásia e Europa. Graças à “legislação frouxa” sobre vendas e propriedades de armas de fogo, segundo Woodiwiss (2007).

Vemos aqui uma incoerência, os Estados Unidos impunham suas regras contra a atuação dos países latino-americanos no que diz respeito à exportação de drogas aos chamados países de Primeiro Mundo, porém, tinham os demais países como sendo seu mercado consumidor de armas e munições.

Além do crescimento da criminalidade, também identificamos o aumento da pobreza com a queda da qualidade de vida da população, outra consequência do modelo neoliberal. Cada vez mais os indivíduos se adaptam a viver em favelas, sem infraestrutura e condições básicas de sobrevivência. Woodiwiss (2007) cita os estudos do historiador Mike Davis, no qual se estima a existência de mais de 250 mil favelas no mundo. Apenas nas cinco grandes metrópoles do sul da Ásia (Karachi, Mumbai, Nova Délhi, Calcutá e Dacca) possuem uma população de mais de vinte milhões de pessoas vivendo em favelas.

O relatório UN-Habitat argumenta que os pobres urbanos são prisioneiros de um mundo informal e ‘ilegal’, em favelas que não aparecem nos mapas, onde o lixo não é recolhido, onde os impostos não são pagos e onde os serviços públicos não são executados. Os habitantes de favelas existem em grande parte fora da lei. Quando entram em contato com o governo, é provavelmente para serem coibidos em suas tentativas de obter os elementos fundamentais para a vida – abrigo e meios de subsistência – e não para serem ajudados. Vivem em estado de permanente insegurança e ilegalidade, e os gângsteres e trapaceiros do mundo dos negócios ocupam esses vácuos sem governo. (WOODIWISS, 2007, p.268 – 269)

O Estado capitalista, sob o neoliberalismo, se, por um lado, deixou de investir em questões sociais para melhorar e até mesmo possibilitar certa qualidade de vida para as classes populares, por outro, aumentaram-se os gastos com desempregados, presídios e população carcerária. Como também, a necessidade de combate às diversas formas do crime, entre elas o tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

Os mesmos – países, partidos, políticos e professores – que ontem militavam, com o sucesso insolente que se pode constatar dos dois lados do Atlântico, em favor de ‘menos Estado’ para o que diz respeito aos privilégios do capital e à utilização da mão de obra, exigem hoje, com o mesmo ardor, ‘mais Estado’ para mascarar e conter as consequências sociais deletérias, nas regiões inferiores do espaço social, da desregulamentação do trabalho assalariado e da deterioração da proteção social. (WACQUANT, 2011, p.29 – 30)

De acordo com Loic Wacquant (2011), a população carcerária dos Estados Unidos que vinha diminuindo, passou de 380.000 em 1975 para 740.000 dez anos mais tarde, e ao final de 1998 beirou os dois milhões de pessoas. Em 1997, os Estados Unidos eram o país que mais possuía prisioneiros em comparação aos países da União Europeia: 648 a cada 100 mil habitantes, seguido por Portugal e Espanha, porém, com índices menores: 145 e 113 por 100 mil habitantes respectivamente.

O que mais nos chama a atenção nesse crescimento nos índices de prisioneiros são os motivos de suas prisões. Contrariamente ao senso comum, grande parte dessa população carcerária não se trata de prisioneiros violentos. Em 1998, os detidos por crimes não violentos ultrapassou o número de um milhão:

[...] as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócio com drogas, furto, roubo, ou simples atentados à ordem pública, em geral oriundos das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor das cidades atingidas diretamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. (WACQUANT, 2011, p.91)

Com o crescimento da população carcerária, aumentaram-se também os investimentos nesse setor. De acordo com o autor, em 1993, os Estados Unidos gastavam 50% a mais com suas prisões do que com sua administração judiciária, ou seja, 32 bilhões de dólares com a primeira enquanto que, com a segunda, 21 bilhões. Em 1983, os orçamentos eram os mesmos, cerca de sete bilhões.

Todo esse investimento no setor carcerário só foi possível com a diminuição dos investimentos em outros setores que eram destinados às ajudas sociais, à saúde e à educação. “Assim, enquanto os créditos penitenciários do país aumentavam 95% em dólares constantes entre 1979 e 1989, o orçamento dos hospitais estagnava, o dos liceus diminuía em 2% e o da assistência social, em 41%”. (WACQUANT, 2011, p.96)

Dentre as consequências sociais do neoliberalismo também temos o alto índice de desemprego. Entre os países da OCDE, de acordo com Eric Toussaint (2004), a taxa de desemprego era de 3,2% entre os anos de 1960-1973 passando a 7,3% entre os anos de 1980-1994. O número de desempregados desses países cresceu 10 milhões entre os anos de 1990 e 1994. “En efecto, la desregulación del mercado de trabajo constituye una receta que permite pasar del ‘desempleo declarado’ a formas de ‘desempleo oculto’ creando empleos mal remunerados y poco productivos”. (TOUSSAINT, 2004, p.58)

Nos países denominados de Terceiro Mundo, o autor estima que falta um bilhão de postos de trabalho formal. Várias razões levaram a esse alto índice de desemprego: redução do efetivo do setor público, depressão do mercado interno que levou diversas empresas nacionais à falência, política de exportação do setor agrícola que suprimiu os pequenos produtores ocasionando o êxodo rural.

Según a OIT, la crisis del Sudeste asiático iniciada em 1997 y las políticas de ajuste estructural que le siguieron provocaron durante los años 1998-1999 la pérdida de 23 millones de empleos. En México, en el año 2001, después de que la recesión golpeó a los Estados Unidos, fueron suprimidos 500.000 empleos, tanto como los que fueron suprimidos en Argentina durante el curso del año 2002. (TOUSSAINT, 2004, p.59)

Outra alteração no cenário mundial neoliberal foi a concentração de renda. O grupo de pessoas que detinha a maior concentração de renda se tornou ainda menor. “En el 2001, el 5% más rico del planeta gana 114 veces más que el 5% más pobre”. (PNUD *apud* TOUSSAINT, 2004, p.59) Ainda de acordo com os dados apresentados pelo autor, em 2001, as 147 pessoas mais ricas do mundo possuíam uma fortuna acumulada cuja soma equivalia a renda anual total de quase três bilhões de habitantes (a metade da população mundial).⁴

Estima-se que no Terceiro Mundo há 1,2 bilhões de indivíduos na pobreza absoluta. Segundo o Banco Mundial, nestas condições, são pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, exceto na América Latina onde são considerados dois dólares ao dia. Toussaint (2004) cita também que, de acordo com o Banco Mundial, em 1991, um habitante da Tanzânia possuía uma renda de 814 dólares ao ano, enquanto que, em 2004, de acordo com a CNUCED⁵ não chegava a 300 dólares.

Após o fim da Guerra Fria, as repúblicas da ex-União Soviética, empobrecidas com as mudanças estruturais dirigidas pelo FMI e Banco Mundial somadas às

⁴ Segundo a lista de fevereiro de 2002 da revista Forbes.

⁵ Conférence des Nations Unies sur le commerce et le développement.

transferências de riquezas ao exterior operacionalizadas pelos novos capitalistas locais, foram consideradas pelas instituições de *Bretton Woods* países em vias de desenvolvimento lado a lado aos países do Terceiro Mundo de baixa e média renda.

Nos Estados Unidos durante o governo Reagan, as famílias mais ricas (1% das casas) aumentaram suas rendas anuais em média 50%.

En los años noventa, la riqueza en los Estados Unidos alcanzó el nivel de hiper-concentración que caracterizaba a los años veinte. En 1995, el 1% de los hogares más ricos – alrededor de 2 millones de adultos – poseía el 42% de las acciones em manos de individuos y el 56% de los títulos. El 10% de los más ricos poseía el 90%. *Grosso modo*, si uno considera además de las acciones y los títulos las otras formas de patrimonio, el 1% más rico posee un cuarto del conjunto del capital, y el 10% más rico la mitad. [grifos do autor] (TOUSSAINT, 2004, p.63)

As consequências dessa concentração de renda são diversas, nos países mais carentes principalmente. Vemos exemplos de exploração do trabalho infantil, ausência de serviços básicos como água potável e rede de esgoto, acesso à saúde precário, alto índice de mortes por doenças contagiosas, por exemplo: AIDS, enfim, problemas do setor social. “En los países de bajo desarrollo humano, los gastos de salud y educación han pasado del 2% del PIB para el período 1986-1990 al 1,8% em 1991-1996. Los gastos de inversión en estos sectores han pasado del 6,5% al 6,1% de los gastos públicos” (PNUD, 1999: 93 *apud* TOUSSAINT, 2004, p.65-66)

Eric Toussaint (2004) realiza um levantamento de dados e cita em seu texto que, em 1971, os Estados Unidos contabilizavam 25 milhões de pobres, de acordo com o presidente do Banco Mundial da época Robert MacNamara. Em 1995, esse país contabilizava 36,4 milhões, um crescimento de 14%. Baseado em dados da UNICEF, referente ao mesmo país durante o ano 2000, o autor afirma que cerca de 17% das crianças, ou seja 12 milhões de crianças, cresceram em casas que não possuíam condições de atender as necessidades nutritivas básicas.

Somado à implantação da política neoliberal, os países passaram a lidar com diversas questões sociais, como descrevemos acima. Nossa tentativa com esse capítulo é mostrar como a implantação dessa política econômica não está isolada com os demais fatores sociais em escala mundial, mas sim intrinsecamente ligada ao cotidiano dos indivíduos, como também, mostrar o quanto estas políticas afetaram a vida das “classes populares”.

Portanto, a questão a ser analisada é que tal mundialização da política neoliberal esteve associada ao aumento da fome em escala global, à concentração de renda,

bem como ao aumento da criminalidade em várias regiões do planeta, a globalização do crime organizado.

2 NEOLIBERALISMO, CRIME ORGANIZADO E MILÍCIAS NO BRASIL

O Estado brasileiro acompanha a expansão neoliberal que ocorreu na América Latina. Sua formação atual, além da influência sob a política econômica mundial, é herança na redemocratização após o período da ditadura militar. Após o conturbado governo de José Sarney (1985-1989), com pelo menos três planos econômicos criados na tentativa de conter a inflação, sem muito êxito, temos a eleição de Fernando Collor de Mello.

A partir de 1989 ocorre o aprofundamento das crises econômicas e política brasileiras, esta última se manifestando pelo desgaste sofrido pela herança deixada pelo regime militar e pelo próprio PMDB, que foi inflado pelas hostes conservadoras nas eleições de 1986, colhendo os frutos do sucesso temporário do Plano Cruzado. (CANO, 2000, p.227)

Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) – Luiz Inácio Lula da Silva –, sendo visto como o “salvador da pátria” pela população. Quando assume a presidência, em 1990, adota políticas tidas como neoliberais e inicia algumas mudanças no âmbito do Estado e da economia, porém, seu mandato é interrompido antes de efetivar por completo tais medidas.

Logo depois de eleito, ainda sob o efeito da euforia das urnas, Collor implementou as decisões correspondentes àquelas tomadas no *Consenso de Washington* no Brasil, dando início à enorme onda de desemprego no país, ao pôr milhares de servidores públicos em disponibilidade de forma inesperada. Além disto, sequestrou a poupança da própria classe média e de outros setores que não contavam com os mecanismos de liberação do dinheiro. Isto causou enormes prejuízos àqueles que não sabiam se defender das arbitrariedades neoliberais deste tipo.

Outro ato, igualmente arbitrário, chamaria a atenção no curto período do referido governo: o Plano Nacional de Desestatização (PND). Este plano deu o ponto de partida aos processos de privatização, os quais além de selarem o destino de outros milhões de trabalhadores do serviço de todas as categorias, aumentaram a onda de desemprego que a ofensiva neoliberal desencadeou, à semelhança do que já vinha fazendo em outros países em que esta ideologia estava consolidada. (ALMEIDA, 2009, p.157)

Logo após sua posse, Collor lançou um pacote com 20 medidas provisórias. O motor central das medidas se referia ao papel do Estado na economia que, segundo Almeida (2009), se resumem em quatro itens: o reordenamento estratégico do Estado na economia; a redução da dívida pública; a retomada dos investimentos necessários às empresas estatais; e a modernização da indústria.

Porém, seu governo foi interrompido por denúncias de corrupção que resultaram na cassação do seu mandato. Para Wilson Cano (2000), foram diversos os fatores resultaram em seu *impeachment* e na suspensão dos seus direitos políticos:

Além da precária base de apoio, sua equipe voluntarista e de pouca experiência implementou dois fracassados planos de estabilização que causaram danos a todos: empresários, trabalhadores, elites e classe média, pela continuidade da estagnação, perdas de salários, desemprego e confisco de ativos financeiros. Seu fracasso na política econômica, o confisco financeiro e seu arrogante autoritarismo foram em parte condenados pela *mídia*, cuja crítica crescia à medida que se comprovava o insucesso da política econômica e que os escândalos de corrupção vinham à superfície. [grifos do autor] (CANO, 2000, p.228-229)

Com o *impeachment* do governo Collor, em 1992, o vice-presidente Itamar Franco assume com um discurso “nacionalista”. Nomeia o então senador, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ministro das Relações Exteriores e, depois, da Fazenda, quando, junto com sua equipe, elabora o Plano Real. “Com o *sucesso* inicial da estabilização econômica ocorrendo poucas semanas antes da eleição presidencial, foi o *carro chefe* da campanha de FHC”. [grifos do autor] (CANO, 2000, p.229) Em 1994, Cardoso candidata-se à presidência, derrota Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e é empossado no ano seguinte.

A reforma que o presidente FHC conseguiu implementar na Constituição, logo no início do seu governo, completou a abertura da economia para a internalização do capital estrangeiro, que conseguiu avançar em setores que antes estava regulado pela legislação específica. Só após a desregulação, objeto da referida reforma, foi possível a entrada de vultosas somas de capital estrangeiro nas privatizações das empresas estatais, prosseguindo a escalada de fusões e aquisições próprias do modelo neoliberal. Este, desta forma, avançava no Brasil, apesar da crise que já vinha ocorrendo em países como a Argentina e o México, um verdadeiro colapso do neoliberalismo na América Latina. Tais mudanças se processaram a partir do momento que se formou a coalizão de direita (PSDB/PFL), que conduziu FHC à Presidência da República e lhe serviu de base política. Apoiado por estes dois partidos de direita e parte do PMDB (chamados de governistas de centro-direita), o governo aprofundou o programa neoliberal, agravando mais ainda a concentração de renda e o desemprego, [...]. (ALMEIDA, 2009. p.183)

Ao assumir o mandato, FHC consolida e aprofunda as medidas neoliberais iniciadas anteriormente, porém, mesmo mantendo a inflação sob controle, não propiciou crescimento ao país muito menos qualidade de vida à população:

Os indicadores da economia para os sete anos que vão de 1995 até 2001 mostram uma economia em larga medida estagnada, e sujeita a turbulências, dadas condições de fragilidade estrutural no que diz respeito ao setor externo e às finanças públicas. Mostra ainda diferenças sensíveis entre a fase que vai até o ano de 1998 e o período que se inicia em 1999 – como marco das mudanças, cabe lembrar, a crise no segundo semestre de 1998, com a fuga de capitais que expôs pela primeira vez de uma forma clara as fragilidades do modelo econômico adotado a partir de 1994, com o plano de estabilização que ficou conhecido como “Plano Real”. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.11)

Segundo os autores, o maior sucesso do Plano Real talvez tenha sido o controle da inflação. Porém, em contrapartida, houve a estagnação da economia, arrocho salarial, redução de investimento nas questões sociais, privatizações, propiciou a concentração de renda e após a crise de 1998 não conseguiu manter o declínio da inflação como havia sendo feito:

O ‘Plano Real’ consistiu em uma combinação de abertura comercial e liberalização financeira, simultâneas ao estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, utilizando o recurso às importações baratas como elemento de força contra eventuais pressões inflacionárias internas nos setores de bens comercializáveis internacionalmente. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada penalizava o setor exportador nacional. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p. 13-14)

Na tentativa de estabilizar a moeda sobrevalorizando o câmbio e com uma abertura comercial acelerada, a economia brasileira gerou crescentes déficits na conta de transações correntes do país, que resultou na crise de 1998. “A partir de 1997, o déficit em transações correntes supera 4% do PIB”. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.14) Para suprir esse déficit o governo FHC estimulou a entrada de capital internacional no país, inclusive através de privatizações de empresas nacionais:

Os processos de privatização, levados adiante prioritariamente sob a lógica da promoção da entrada de capitais internacionais, além da dilapidar o patrimônio público a baixíssimos preços, promoveu a rápida desestruturação de setores internos da economia brasileira (e nos quais, como no caso do setor elétrico e do setor de telecomunicações, os brasileiros agora passam a conviver com um cotidiano de problemas que antes não existiam, ou estavam sob controle) e no futuro colocarão novos problemas para o balanço de transações correntes – já que foram internacionalizados importantes e lucrativos setores que geram receitas dentro do país (e, portanto, em moeda nacional), mas que devem remeter lucros aos seus acionistas majoritários que estão no exterior (e, portanto, deverão fazer essas remessas em dólar). (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.15)

Para tentar manter a moeda estabilizada, em 1998, o Governo FHC acorda com o FMI, entre outras instituições, uma linha de crédito de US\$ 41 milhões, porém, que não impediu o colapso da política cambial em 1999. Em troca do acordo, o governo brasileiro garantiu aos aplicadores privados externos a mobilidade dos capitais financeiros internacionais. “A consequência, entretanto, dos acordos, é uma explosão contínua da dívida pública interna”. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.16)

Segundo Lesbaupin & Mineiro (2002), os quatro primeiros anos de governo FHC possuem um forte desequilíbrio fiscal e déficit nas contas públicas. Já no seu segundo mandato, a partir dos acordos com o FMI, mudam-se os parâmetros da política fiscal, o desequilíbrio é mantido, mas de uma forma reduzida, devido à geração de um superávit em torno de 3,5% do PIB ao longo dos três anos entre 1999 e 2001, “ou seja, o déficit operacional é reduzido por um significativo superávit no resultado primário, obtido de um lado pela ampliação de carga tributária, e de outro, pelo corte de gastos”. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.17)

O resultado dessa política, além de estagnação da economia, baixa nos investimentos, foi desfavorável para os trabalhadores. Além do arrocho salarial, a taxa de trabalhadores formais (em regiões metropolitanas) que, em 1994, era de 49,3%, passou para 45% em 2001. Diversas alterações na Lei Trabalhista também prejudicaram o trabalhador.

Nesse contexto, as políticas do Estado “mínimo” e do “mercado livre” ganharam cada vez mais força e a privatização se tornou a nova palavra de ordem do governo FHC. A justificativa do Estado para estas privatizações era a necessidade de reduzir a dívida pública e diminuir as despesas estatais. Porém, o resultado ficou longe de atingir esse objetivo:

O processo de privatização das empresas estatais já vendeu 76% do patrimônio público. Restam a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios e algumas outras menores. No entanto, esta venda pouco serviu para abater a dívida pública. A venda das estatais até abril de 2002 rendeu R\$ 87,2 bilhões e, além disso, o governo transferiu dívidas no valor de R\$ 18,1 bilhões, perfazendo um total de 105,3 bilhões (fonte: BNDES). No entanto, o Estado brasileiro, supostamente ‘falido’, antes de privatizar as empresas, investiu pesadamente para melhorá-las. O exemplo mais escandaloso é o da Telebrás, onde o governo investiu, nos dois anos e meio que precederam sua venda, R\$ 21 bilhões para ampliação das redes, das instalações, da infraestrutura. Depois disso, vendeu-a por R\$ 22,2 bilhões afirmando que foi muito acima do preço mínimo [...]. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.30)

Ainda de acordo com os autores, o governo brasileiro ainda concedeu empréstimos às empresas compradoras, através do BNDES, com juros subsidiados e assumiu boa parte da dívida delas, inclusive as indenizações e direitos trabalhistas dos funcionários demitidos. Até abril de 1999, a conta era negativa, “o governo havia recebido R\$ 85,2 bilhões e empregado R\$ 87 bilhões”. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.30)

Para justificar as privatizações, o governo argumentou que iria reduzir o déficit público e que os preços dos serviços baixariam, já que depois de privatizadas seriam mais competentes e competitivas, o que não ocorreu. No caso da energia elétrica, por exemplo, entre 1994 e 2000, período no qual a inflação foi de 94%, a tarifa da energia elétrica subiu 149%. Além disso, com a diminuição de investimentos⁶ enfrentamos uma crise de energia no ano de 2001.

Dentre as alterações advindas do neoliberalismo, a área mais afetada foi a das políticas sociais, investimentos em saúde, educação, habitação, assistência e previdência foram cortados significativamente:

Os dados falam por si: depois de privatizar a maior parte do patrimônio nacional, depois de aumentar a arrecadação tributária a cada ano, este aumento da receita em nada beneficiou o social. Ao contrário, a cada ajuste econômico, o primeiro setor a ser atingido foi o social. Entre 1995 e 2001, o investimento em saúde caiu de 4,8% para 3,9%, a educação desceu de 3% para 2%, a parte relativa à habitação permanece durante todo o mandato abaixo de 0,2%, e o setor de assistência e previdência oscila de 17,15% para 14,1% até chegar em 2001 com 18,7% - sendo que a maior parte deste orçamento é a parte da previdência (a parte da assistência social caiu fortemente). No conjunto, num período em que a população cresceu e o desemprego explodiu, o investimento na área social foi reduzido. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.39-40)

Além da redução de investimentos na saúde, educação, habitação, como vimos acima, os cortes ocorreram também nas áreas de saneamento básico, programas sociais, de desmatamento, entre outros, inclusive na segurança pública.

Com o aumento do desemprego, redução de investimento nas políticas sociais, enfim, com as medidas neoliberais adotadas, a pobreza e a indigência cresceram significativamente no país, paralelamente, há também o aumento nos índices de criminalidade:

⁶ “[...] os investimentos foram reduzidos de R\$ 13 bilhões ao ano nos anos de 80 (1980) para R\$ 7 bilhões nos anos 90 (1990).” (Folha de S. Paulo *apud* LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.31–32).

O aumento da pobreza e da miséria, a extrema desigualdade social e a redução das perspectivas de melhoria de vida para a maior parte da população nos últimos anos teve como consequência o aumento da violência e da criminalidade, que nós constatamos cotidianamente. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.57)

No que diz respeito ao aumento na criminalidade temos diversos tipos de crimes que se expandiram, entre eles temos os índices de homicídios e assaltos que cresceram assustadoramente, o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, como também sequestros e crimes mais brandos.

Sabemos que o aumento da violência não é fruto de uma única, mas da combinação de várias causas. Sabemos também que a pobreza, isoladamente, não é fator de crescimento da violência. Já a desigualdade social – o contraste entre uma pequena camada privilegiada e uma imensa massa desprovida de perspectivas – é, sim, fator de aumento da violência. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.58)

Muitos jovens se deparam com o contexto da falta de perspectiva, arrocho salarial, aumento no desemprego; muitos sem possibilidade de terminar o ensino médio acabam buscando alternativas na criminalidade. “Tal é o caldo de cultura para o crescimento da criminalidade. O setor de emprego que abre mais vagas hoje em dia é a segurança”. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.58-59)

Os autores, ao analisarem o Mapa da Violência III, apontam que o número de homicídios no Brasil cresceu 50,2% entre os anos de 1991 e 2000; entre os jovens de 15 a 24 anos esse índice cresceu 77%.

Segue abaixo alguns dados sobre o crescimento dos índices de violência no país:

Tabela 1 Índices de violência no país

Total de ocorrências registradas	2001	2002	2003	Crescimento no período (em %)
Tentativa de homicídio	36.219	37.501	35.082	-3%
Extorsão mediante sequestro	571	583	375	-34%
Homicídio doloso	39.707	41.083	40.630	2%
Lesão corporal	564.322	602.514	618.097	10%
Roubo + furto	2.374.305	2.603.803	2.980.469	26%

Fonte: SENASP *apud* FENAVIST (2005, p.34)

Ao apresentarmos estes dados,⁷ nosso intuito é demonstrar como a segurança da população está fragilizada após os cortes nos investimentos sociais. Podemos identificar na tabela acima que a modalidade que obteve o maior crescimento é a de roubo e furto com um aumento de 26% de 2001 para 2003, crimes mais leves e geralmente rápidos que não precisam de um grupo organizado para praticá-lo, enquanto que a extorsão mediante sequestro teve uma queda significativa de 34% no mesmo período, porém, mantendo um alto número de ocorrências.

Esse crescimento nos índices de crimes mais brandos, como roubos e furtos, não ocorre apenas no Brasil. Como citamos anteriormente, também ocorre nos Estados Unidos, por exemplo.

Vale ressaltar que o consumo de drogas é, em parte, responsável por esse acréscimo nos índices de roubo, furto, lesão corporal. Pois, em busca de dinheiro para alimentar o vício, diversos adolescentes iniciam na atividade criminosa ou até mesmo começam a fazer parte do comércio de drogas.

Com a diminuição dos gastos sociais e as diversas alterações no cenário tanto mundial quanto no brasileiro, a classe trabalhadora passou a conviver com dificuldades de acesso à saúde, educação, segurança, infraestrutura básica. Ao mesmo tempo em que o Estado deixou a desejar nesses setores, uma nova camada da burguesia encontrou a oportunidade para comercializar esses serviços. Com isso temos educação privada, planos de saúde privados, previdência privada, como também, segurança privada. De acordo com Boito Jr (2002) a camada burguesa que atua nesse segmento é denominada de *nova burguesia de serviços*⁸.

Os serviços disponibilizados por essa fração da burguesia atendem desde a população com maior poder aquisitivo quanto à população com poder aquisitivo menor. Na ausência de uma segurança pública eficiente surgem e se expandem as empresas de segurança privada e vigilância.

Ao analisarmos o Brasil ou uma determinada região – no nosso caso daremos ênfase aos dados do Rio de Janeiro – identificamos o constante crescimento tanto no

⁷ Não nos aprofundaremos na análise da relação entre criminalidade e expansão da segurança privada por não se tratar do nosso objeto em si, porém, não podemos deixar de mencioná-la por estar ligada às questões que envolvem a segurança do dia-a-dia da população.

⁸ “Podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos: a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais; b) o círculo intermediário, representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura, representando a abertura comercial e financeira. Os interesses da grande maioria dos trabalhadores ficam do lado de fora dessa figura de três círculos, já que tais interesses não são contemplados pelo neoliberalismo”. (BOITO JR., 2002, p.18-19)

número de empresas atuantes no mercado, como também o crescimento do faturamento destas empresas:

Tabela 2 - Crescimento do mercado no Rio de Janeiro, Sudeste e Brasil entre 2002 e 2004⁹ (em %)

	2002	2003	2004
Rio de Janeiro	8,9%	0,5%	3,9%
Sudeste	8,8%	4,7%	5,5%
Brasil	4,3%	5,9%	6,6%

Fonte: PAS / RAIS / CAGED / FENAVIST *apud* FENAVIST (2005, p.322)

Podemos perceber nos dados acima que o crescimento das empresas do mercado da segurança privada se manteve positivo durante o período. Mesmo no ano de 2003, onde o Rio de Janeiro teve seu menor índice, acabou acompanhando a tendência da região Sudeste que também houve um pequeno crescimento nesse período, sendo retomado no ano seguinte, mantendo um crescimento positivo nos três anos citados. Conseqüentemente, o faturamento também obteve crescimento constante:

Entre 2002 e 2004 o faturamento da segurança privada no Rio de Janeiro – incluindo os segmentos de vigilância, transporte de valores, segurança pessoal, escolta armada e cursos de formação – aumentou quase 60%, passando de R\$ 895 milhões para R\$ 1,42 bilhão. Essa taxa de crescimento ficou acima da média, de cerca de 50%, verificada na região Sudeste em igual período. Ela também foi, juntamente com a taxa de expansão observada no Espírito Santo, a maior desta região. (FENAVIST, 2005, p.322)

Nota-se que o segmento da segurança privada é bastante lucrativo. Esses dados referem-se às empresas formais e legalizadas, mas sabemos que muitas atuam informalmente, em bairros residenciais, ou os chamados “bicos” de segurança em festas e reuniões de pessoas que possuem poder aquisitivo um pouco menor.

Nessa pesquisa, escolhemos enfatizar a cidade do Rio de Janeiro por se tratar de um dos casos mais evidentes no país e de maior divulgação à população. Para isso, nos utilizamos de dados disponíveis em órgãos oficiais, ONGs, institutos acadêmicos etc., reportagens da grande imprensa e nas Comissões Parlamentares de Inquérito que já investigaram e coletaram dados sobre nosso tema. Nesta direção, as contribuições de Luiz

⁹ Inclui vigilância, transporte de valores, segurança pessoal, escolta armada e cursos de formação.

Eduardo Soares, ex-Secretário de Segurança Pública entre os anos de 1999 e 2000, do então governador Garotinho (1999-2002) foram fundamentais.

Soares elaborou um programa de segurança para o Rio de Janeiro, mas não conseguiu efetivá-lo em sua administração. Os abusos policiais sobre a população pobre praticamente tomaram-lhe todo o tempo que se dedicaria a colocar em prática o seu projeto. Esses abusos o fizeram acreditar na necessidade de uma “reforma radical na polícia¹⁰”.

Ao analisar a atuação dos policiais, o autor toma o cuidado para não generalizar, pois se constituiria em um erro primário. O policial que cobra propina não é obrigatoriamente um esturpador e vice e versa:

Há, por exemplo, os policiais especializados nos negócios da prostituição, que conhecem bem o métier, avaliam com faro profissional o mercado e investem em saunas, boates e hotéis de alta rotatividade. Muitos atuam no campo da segurança privada, aproveitando-se ilegalmente da sua patente, da sua carteira, de seus privilégios e contatos, subcontratando e explorando seus subordinados das corporações, abstendo-se das responsabilidades trabalhistas e éticas. (SOARES, 2000, p.33)

O autor também situa os crimes cometidos por policiais em seu contexto, os quais variam de pessoa a pessoa. “Mas é importante saber distinguir, pois as reações às políticas saneadoras são diferenciadas e as consequências da expansão setorial de cada tipo de prática criminosa são diversas, ainda que todos mereçam punições segundo as leis.” (SOARES, 2000, p.33)

Luiz Eduardo Soares elaborou uma proposta de uma Nova Polícia Civil, bem estruturada e que regularizaria o segundo emprego de policiais, admitindo que esses funcionários são mal remunerados e buscam outra fonte de renda, geralmente com segurança privada, o que traça um paradoxo com a atuação como funcionários públicos:

O tema da fundação remete ao problema do segundo emprego dos policiais, que é uma encrenca. Quando me questionavam a respeito, eu respondia: o ideal seria a dedicação exclusiva à polícia. Mas, para exigir essa exclusividade, teríamos de oferecer salário decente. Como, infelizmente, ainda estamos distantes disso, o menor dos males seria legalizar o segundo emprego. Sendo uma realidade generalizada, o melhor é legalizar e regulamentar, para que se possa fiscalizar e evitar a situação atual, que é o pior dos mundos. (SOARES, 2000, p.262)

¹⁰ Em seu texto *Meu Casaco de General* (2000), Soares descreve algumas situações de corrupção e abusos por parte dos policiais, a qual ele denomina: a barbárie policial. A “reforma radical na polícia” a que se refere o autor diz respeito à punição dos responsáveis pela prática de crimes contra a população e o combate Estatal às atividades ilegais da polícia. Esse seria um dos aspectos fundamentais para conter a criminalidade do Rio de Janeiro.

A proposta de Soraes se resume à junção das polícias civil e militar por meio de uma nova instituição. O autor critica o fato de termos uma polícia para a patrulha e outra para o processo investigativo. Essa divisão do ciclo dificulta o policiamento eficiente. Tendo como exemplo dos Estados Unidos que também possuem certa diversidade de grupos policiais, porém os grupos cumprem o ciclo completo do trabalho policial.

Assim como não há política séria de segurança pública sem reforma profunda das polícias, tampouco há propriamente uma política, no sentido forte do termo, sem uma proposta realista de solução para o drama das favelas. Reformando as polícias e controlando o comportamento dos policiais, resolve-se metade dos problemas de segurança das comunidades faveladas e dos bairros pobres – toda aquela parte que resulta da corrupção, da cumplicidade com o crime e da brutalidade dos policiais. Mas resta a outra metade: a tirania do tráfico. Não basta livrar as comunidades do despotismo da polícia. É urgente livrá-las da tirania dos traficantes. Precisamos da polícia para isso. Portanto, em primeiro lugar é necessário reformá-la. (SOARES, 2000, p.267)

Além da reformulação da polícia, são necessárias medidas para conter o tráfico, tanto o de drogas quanto o de armas que causam efeitos avassaladores nas comunidades. O primeiro aspecto apontado por Soares é o assustador número de mortes. De acordo com ele, em 1992, cerca de 65% dos homicídios dolosos apresentavam alguma vinculação, direta ou indireta, com o tráfico de drogas. “Resultam, portanto, da fragmentação que até hoje caracteriza o mundo do crime no Rio de Janeiro”. (SOARES, 2000, p.267)

O segundo aspecto trata da desorganização da vida associativa e política das comunidades. Qualquer associação na comunidade deve se submeter ao domínio criminoso e ao seu controle direto ou indireto. Já o terceiro aspecto aborda a imposição de um regime despótico às favelas e aos bairros populares. “O caráter territorial desse domínio se caracteriza pela subordinação de toda a comunidade às regras ditadas pelos criminosos: certas cores de camisas são proibidas; determinadas áreas são vetadas à passagem, mesmo dos moradores [...]” (SOARES, 2000, p.268)

O quarto aspecto diz respeito ao recrutamento da força de trabalho infantil e adolescente para descartá-la pela via previsível, mas incontornável da morte prematura. Menores de idade são utilizados para transporte de drogas e em atividades que o risco de prisão é grande. Fascinados pelo poderio bélico, crianças e adolescentes participam de ações criminosas e protegidos pelo estatuto da criança e do adolescente acabam protegendo criminosos maiores de idade. Porém, a vida dessas crianças é curta.

O quinto aspecto trata da disseminação de valores belicistas contrários ao universalismo democrático. O sexto se refere às estruturas familiares destruídas e à dinâmica da reprodução cultural que inverte artificialmente as relações de autoridade intergeracionais, convertendo-as em laços de poder militarizados. A hierarquia familiar é deixada de lado e ocupada pelos mandos e desmandos do tráfico, as famílias são obrigadas a aceitar punições e a violência do tráfico.

Em sétimo, degradam a lealdade comunitária tradicional, ela é substituída por relações com grupos paramilitares e por um narcisismo consumista extremo. As tradições comunitárias perdem espaço e a característica predominante da região passa a ser a identidade do grupo que domina a região, por exemplo: Comando Vermelho ou Terceiro Comando são grupos que transformaram a identidade da região onde atuavam. Há também o estímulo ao consumo que para os adolescentes da favela se torna uma contradição entre o consumo e a miséria:

O resultado é uma combinação singular entre o sentimento de poder e auto realização, que a participação no tráfico oferece de modo perverso, e o sentimento de frustração e ressentimento da maioria, que recusa o envolvimento criminoso mas experimenta o fardo da exclusão social. Nesse contexto, pode-se compreender a importância que assume a propagação da religiosidade evangélica, convertendo o ressentimento em sentimento de auto realização e cumprimento do dever, e a auto realização perversa em culpa. (SOARES, 2000, p.272)

Outro item: fortalecem e disseminam o patriarcalismo, a homofobia e a misoginia. O nono aspecto é o estímulo a reações que tendem a estigmatizar a pobreza e os pobres, fazendo com que os moradores sofram duplamente, com a tirania do tráfico e como vítimas de preconceitos. A décima razão é a promoção do entrelaçamento entre o chamado “crime de colarinho branco” e a criminalidade ligada ao tráfico de drogas e de armas:

Apesar de as polícias continuarem a focalizar o varejo, que é mais visível e produz efeitos mais vistosos, não haveria tráfico sem lavagem de dinheiro, negociações internacionais, mediadores políglotas, experts em contabilidade e administração financeira etc. Sabe-se que esses personagens não moram nas favelas. [...] A disposição bélica da tropa que atua no varejo dos morros se beneficia da competência financeira e administrativa dos cúmplices com escolaridade superior. Por sua vez, esses evitam sujar as mãos com sangue e com a pequena propina cotidiana. Delegam boa parte dos problemas operacionais e não se preocupam com os riscos inevitáveis da distribuição. Fornecem os meios para uma perversa distribuição de renda, que se manifesta pelo viés perverso da democratização do medo. (SOARES, 2000, p.273)

O décimo primeiro ponto trata-se da atuação de criminosos em diversos tipos e crimes, se tornam fontes de outras ações criminosas. O tráfico de drogas e de armas, quando juntos, potencializam outros crimes. A população jovem envolvida com o crime, sem se adaptar a outras formas de sobrevivência, acaba formando um exército de reserva armado. “Essa força de trabalho, treinada no mundo do crime e condenada à vida clandestina, quando combinada à disponibilidade de armas, converte-se numa espécie de exército de reserva para todas as demais práticas criminais, [...]”. (SOARES, 2000, p.274) Dentre essas chamadas demais práticas criminais temos os assaltos a residências, sequestros relâmpagos, roubo aos motoristas em esquinas em que há sinais de trânsito, entre outros.

Em décimo segundo temos a indução de muitos policiais à corrupção. Os traficantes possuem acordos com os policiais e pagam propinas para que esses acordos sejam cumpridos, para que o tráfico circule livremente nas favelas e que no caso de algum traficante ser preso, será por pouco tempo.

Por fim, a última razão elencada pelo autor é a penetração, através da via das drogas, em toda a sociedade e no Estado, como nenhuma outra modalidade criminosa. “O potencial econômico do tráfico internacional de drogas é sabidamente extraordinário, ainda que ninguém possa precisar a magnitude dos recursos que mobiliza”. (SOARES, 2000, p.277)

Segundo Soares, essas são as treze principais razões que fazem do tráfico de drogas e de armas as dinâmicas criminais mais destrutivas e perigosas do país, principalmente quando operacionalizadas em larga escala. Com esse retrato da realidade do Rio de Janeiro e com o apoio direto da vice-governadora Benedita da Silva, Soares atuou no Mutirão pela Paz, que contou com o apoio de diversas instituições que já tinham a segurança como um de seus objetivos. Soares também buscou apoio de secretários de outras pastas. Nas primeiras semanas, o Mutirão atuou no Pereirão com sucesso: por meio de várias ações sociais, reduziu a criminalidade, porém, não houve tempo de se espalhar por outras áreas. O projeto exigia uma estrutura demasiado grande e necessitava que o aparato estatal estivesse intrinsecamente envolvido.

Em meio às disputas políticas e às alianças entre os partidos, Garotinho cria outro projeto: “Vida Nova” que, em 2000, passaria a direção para a primeira-dama, retirando a vice-governadora do projeto, enfraquecendo o Mutirão. Outro programa foi criado, denominado de “Batalhões Comunitários”, que tinha como meta livrar as favelas da tirania do tráfico de drogas e armas.

O problema do tráfico de drogas e de armas no Rio de Janeiro está intrinsecamente ligado ao nosso objeto, pois envolve a cobrança de propina das milícias e o

início de suas atividades. Foi em substituição aos grupos envolvidos com essas atividades que as milícias ganharam aceitação e espaço para atuação, pelo menos em princípio.

3 CRIME ORGANIZADO E ATUAÇÃO DAS MILÍCIAS EM SUA RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO

Neste capítulo abordaremos o nosso objeto propriamente dito: a atuação das milícias nos morros cariocas e as suas consequências. Nosso tema se relaciona com diversos setores sociais, principalmente com os envolvidos com a criminalidade: desde o crime organizado ligado ao tráfico de drogas e armas, passando pela produção e circulação destas mercadorias até chegar às milícias propriamente ditas. Entretanto, voltamos nossas atenções para a atuação destes grupos milicianos com seu discurso de combate ao tráfico por meio da imposição de “taxas” à população, bem como às reações da população à atuação delas. Faz-se importante também abordarmos as medidas governamentais de combate à criminalidade e às milícias e, por via de consequência, que procuram impedir a produção e a circulação de mercadorias ilícitas (as drogas não reconhecidas legalmente pelo Estado), traduzidas mais recentemente com a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Analisamos o contexto social e político que se encontrava o Rio de Janeiro no final da década de 1990 e início da década de 2000. Período no qual as milícias ganharam campo e força de ação. A atuação desses grupos é centralizada na prestação de serviços à população de determinada região e sua respectiva cobrança. Com isso, levantamos a seguinte hipótese: tanto os serviços de proteção prestados pelas milícias, vendidos à população dos morros, como as drogas traficadas pelo crime organizado, constituem “mercadorias” (ilícitas, obviamente) dentro da lógica capitalista de acumulação. Para sustentá-la, ao menos teoricamente, nos valeremos sumariamente das contribuições de Marx, em *O Capital*, sobre o conceito de mercadoria e produção de valor. Feita esta digressão, retomaremos a discussão que mais nos interessa diretamente: a ação das milícias nos morros cariocas.

Segundo Marx, “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie”. (MARX, 1996, p.165) À mercadoria, Marx atribui duas formas de valor: valor de uso e valor de troca. O valor de uso se dá a partir do consumo da mercadoria, de sua utilidade, pressupondo sempre sua determinação quantitativa. Para que seja possível a troca de mercadorias de espécies diferentes, é atribuído um valor em comum para valores de uso distintos. “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na

qual valores de uso de uma espécie se trocam¹¹ contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1996, p.166).

Além do valor do uso, é o trabalho humano que atribui valor à mercadoria. É o esforço humano despendido ao produto que lhe atribui valor de troca. Esse valor é medido pelo “*quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso, o que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 1996, p.169) Esse é o aspecto variável da constituição do valor de troca de uma mercadoria.

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho (MARX, 1996, p.171)

Nessa pesquisa, voltamo-nos às atividades informais e ilícitas, presentes nos morros cariocas. Mais adiante, abordamos o tráfico de drogas, armas e a prestação de serviços cobrados ilegalmente que, mesmo ilícitas, não deixam de possuir seus valores de uso e de troca. O fato de serem consideradas ilegais não as impedem de circularem totalmente.

As mercadorias transitam nas mãos dos “personagens” do processo de circulação. O personagem que possui a mercadoria e o personagem que a troca.

Dentro desses serviços prestados pelas milícias, além do serviço de segurança oferecido contra os traficantes da região, podem incluir também a oferta de água ou energia elétrica com instalações irregulares – os famosos “gatos” – e, até mesmo, de TV a cabo, obviamente com a imposição de cobranças aos moradores dos morros.

Outras mercadorias que também circulam nesse contexto são as drogas e entorpecentes traficados que, mesmo ilícitas, possuem seus valores de uso e de troca, movimentando alto volume financeiro que, por meio da “lavagem de dinheiro¹²” entram no “mercado” legal. Embora Marx não se ocupasse dessas mercadorias, contribui para compreendermos os valores de uso e de troca que elas possuem:

¹¹ “O valor consiste na relação de troca que se estabelece entre uma coisa e outra, entre a quantidade de um produto e a de outro”. (LE TROSNE *apud* MARX, 1996, p.166).

¹² “[...] a lavagem de dinheiro realiza-se por meio de um processo dinâmico que requer: primeiro, o distanciamento dos fundos de sua origem, evitando uma associação direta deles com o crime; segundo, o disfarce de suas várias movimentações para dificultar o rastreamento desses recursos; e terceiro, a disponibilização do dinheiro novamente para os criminosos depois de ter sido suficientemente movimentado no ciclo de lavagem e poder ser considerado ‘limpo’”. (COAF, disponível em <<https://www.coaf.fazenda.gov.br>>)

Esse sentido, que falta à mercadoria, para apreciar o concreto do corpo da mercadoria, o dono da mercadoria supre por meio dos seus cinco ou mais sentidos. Sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca. Por isso, ele quer aliená-la por mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Elas precisam, portanto, universalmente mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso. (MARX, 1996, p. 210)

A mercadoria deve possuir um valor de uso para o não possuidor antes de possuir um valor de troca para quem a possui. A energia elétrica providenciada pela milícia tem valor de uso para o morador que a necessita. Para o milicente, entretanto, ela possui apenas o valor de troca. Para um traficante, a droga também possui valor de troca sendo que o seu valor de uso se dá para seu usuário.

Vista a coisa mais de perto, percebe-se que para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria, sua mercadoria, portanto, como equivalente geral de todas as outras mercadorias. Mas como todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente geral e por isso as mercadorias não possuem também nenhuma forma valor geral relativa, na qual elas possam equiparar-se como valores e comparar-se como grandezas de valor. Portanto, elas não se defrontam, de modo algum, como mercadorias, mas apenas como produtos ou valores de uso. (MARX, 1996, p.211)

A troca de mercadorias umas pelas outras faz da circulação uma operação individual. Cada possuidor aliena sua mercadoria de acordo com sua necessidade. Por outro lado, ao equiparar a sua mercadoria a um valor, a troca torna-se um processo genericamente social. Tem-se, então, um equivalente que possibilita a circulação de mercadorias, visto que para cada possuidor a sua própria mercadoria se tornava seu equivalente geral. Mas para traçar equivalentes, é necessário um consenso sobre o valor de troca de cada mercadoria, para isso cria-se uma moeda de troca, o dinheiro. Para o autor, da mesma forma que o trabalho se transforma em mercadoria, a mercadoria se transforma em dinheiro.

Em seu texto, Marx se refere ao ouro como mercadoria monetária, porém, não é o ouro que atribui valor à mercadoria, mas sim, o inverso. A mercadoria possui o valor a ela atribuído através do trabalho humano nela dispendido. Tendo, portanto, o dinheiro como medida de valor, é possível mensurar o valor da mercadoria, o tempo de trabalho.

Embora apenas dinheiro imaginário sirva para a função de medida do valor, o preço depende totalmente do material monetário real. O valor, isto é, o *quantum* de trabalho humano contido, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso num *quantum* imaginário da mercadoria monetária, que contém a mesma quantidade de trabalho. Por isso, conforme ouro, prata ou cobre sirvam de medida do valor, o valor da tonelada de ferro recebe expressões de preço inteiramente diferentes ou é apresentado em quantidades de ouro, prata ou cobre totalmente diversas. (MARX, 1996, p.221)

O valor de cada mercadoria está contido nela própria. Para possibilitar a circulação e a troca da mercadoria, cria-se uma medida de valor como o ouro, a prata e, atualmente, o dinheiro, porém, essa medida apenas personifica o valor de troca da mercadoria que ela já possui, ele não atribui o valor a ela, o que atribui seu valor é o *quantum* de trabalho humano despendido para a sua produção. Dessa forma, é possível que mercadorias diferentes sejam trocadas no mercado, tendo um parâmetro para medir seu valor de troca.

Para isso cria-se a noção de preço, figura imaginária que permite a troca e circulação da mercadoria. Não está vinculada à noção de valor, a mercadoria pode ter seu preço, porém, não ter valor. Como no exemplo de Marx, a terra não cultivada não possui o trabalho humano, não possui valor, mas possui seu preço.

A forma preço implica a alienabilidade das mercadorias contra dinheiro e a necessidade dessa alienação. Por outro lado, ouro funciona somente como medida ideal de valor, porque já está circulando no processo de troca, como mercadoria monetária. Na medida ideal dos valores espreita, por isso, o dinheiro sonante. (MARX, 1996, p.227)

A circulação se dá à medida que a mercadoria é trocada por dinheiro que, em seguida, é trocado por mercadoria. Para expressar tal movimento, Marx formula a expressão $M - D - M$. Uma troca não depende da outra, como no exemplo que o autor cita, o tecelão efetua a troca de linho por dinheiro, para, em seguida, trocar o dinheiro por uma Bíblia. Ao sair uma mercadoria, o dinheiro a substitui, e essa medida de valor sai quando é substituído por outra mercadoria, e assim sucessivamente com outros atores as mercadorias circulam.

Na medida em que realmente circulam em lugar da soma de ouro de mesma denominação, refletem-se em seu movimento apenas as leis do próprio curso do dinheiro. Uma lei específica da circulação do papel somente pode originar-se de sua relação de representatividade do ouro. E a lei é simplesmente esta: que a emissão de moeda papel deve limitar-se à quantidade na qual o ouro (ou a prata), simbolicamente por ela representado, realmente teria que circular. (MARX, 1996, p.248)

Essa circulação denominada por Marx refere-se à forma direta de circulação da mercadoria. A seu lado, temos também a fórmula $D - M - D$, dinheiro que compra a mercadoria, que, é vendida posteriormente.

O que, no entanto, separa de antemão ambos os ciclos $M - D - M$ e $D - M - D$ é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento. Na primeira forma é o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global. (MARX, 1996, p.269)

A segunda fórmula $D - M - D$ inicial o processo com o capital e se finda com ele, diferentemente do que citamos anteriormente que tem seu processo iniciado com a mercadoria. De acordo com o autor, quando a mercadoria adquirida com determinado capital é vendida pelo mesmo capital somado a um incremento, tem-se a fórmula $D - M - D'$. Esse incremento é denominado de mais-valia. “O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.” (MARX, 1996, p.271)

A circulação da prestação de serviços das milícias segue a lógica do mercado descrito por Marx: trata-se de uma região carente de serviços básicos, na qual o poder aquisitivo da população é baixo. Diante da necessidade de um serviço de gás, por exemplo, os milicianos montam uma instalação pirateada e o serviço é fornecido com um custo abaixo do preço de mercado, sem deixar opções para a população. A necessidade desses serviços atribui seu valor de uso aos moradores da região, gerando lucro para os milicianos.

3.1 RETRATO DO TRÁFICO DE DROGAS NO CENÁRIO CARIOCA

Paralelamente, para não dizer intrinsecamente, ao tráfico de armas¹³, temos o tráfico de drogas. A circulação de drogas e entorpecentes se dá internacionalmente. Cartéis de cocaína, por exemplo, no México e Colômbia exportam para o mundo, principalmente para o Brasil, Europa e Estados Unidos. O tráfico está nas mãos dos “grandes empresários da droga”, que possuem, além das matérias-primas, os meios necessários à sua produção, isto sem falar dos meios para a sua circulação: aviões, submarinos, armas, entre outros.

¹³ Abordaremos o tráfico de armas no próximo tópico.

Quando essa mercadoria é trocada pela moeda, já no varejo, ela está novamente nas mãos de assalariados que apenas participam de uma parte do processo. No comércio varejista da droga tem-se, além da questão do valor da mercadoria ilegal, o seu fetiche.

As drogas movimentam o mercado ilegal substancialmente, contribuindo para o crime organizado transnacional. De acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc), mais de US\$ 870 bilhões circulam por ano com a movimentação do crime organizado transnacional.

O crime organizado possui estrutura empresarial (ilegal), com hierarquias e fluxo financeiro. O crime movimenta bilhões no cenário econômico mundial. A mercadoria do narcotráfico circula em todo o país e tem aumentado cada vez mais. Acreditava-se que no Brasil havia apenas uma rota comercial, porém, o país também é produtor e possui um grande mercado consumidor de drogas.

Mais de US\$ 870 bilhões (R\$ 1,74 trilhões). Esta é a cifra estimada para o volume de negócios por ano do crime organizado transnacional, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

O valor foi divulgado em uma nova campanha, lançada nesta segunda-feira pela ONU, que busca a sensibilização global para o tamanho e o custo do crime organizado.

Esse número corresponde a seis vezes o valor oficial de ajuda ao desenvolvimento ou 7% por cento das exportações mundiais de mercadorias. Segundo a ONU, as atividades ilícitas mais lucrativas são o tráfico de drogas (US\$ 320 bilhões) e as falsificações (US\$ 250 bilhões). O tráfico de pessoas também atinge uma soma considerável, US\$ 32 bilhões. (*Folha de S. Paulo*, 16 julho 2012)

O Unodc trabalha com dados de diversas drogas e crime organizado, porém, no âmbito internacional. Nacionalmente, embora os meios de comunicação associem as drogas ao tráfico, não revelam os reais responsáveis pela sua produção e circulação. Estes estão geograficamente distantes da “boca de fumo”¹⁴.

¹⁴ Vários traficantes fizeram fortunas através deste comércio ilegal, a exemplo temos o Fernandinho Beira Mar que constituiu um grande patrimônio e mesmo estando preso, possuía (ou possui) meios de continuar comandando o tráfico.

A conjunção destes fatores continua a gerar condições propícias para a expansão do narcotráfico, fazendo com que o País deixe de ser apenas uma rota privilegiada do narcotráfico internacional, tal como tradicionalmente se fez acreditar. O Brasil processa, importa e exporta vários tipos de drogas. Tornou-se importante centro de produção e de consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de se ter constituído em mais uma peça da engenharia do crime do narcotráfico internacional.¹⁵ Assim, rapidamente cresce a importância do País no comércio internacional de drogas. Aumentam então, no cenário mundial, as expectativas quanto ao seu papel no enfrentamento do mesmo. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997, p.76)

Em se tratando do tráfico de drogas e milicianos, temos diversos outros crimes envolvidos, como: sequestros, assassinatos, formação de quadrilha, corrupção, “lavagem de dinheiro”, entre outros, como já mencionamos anteriormente. Crimes que contribuem para o crescimento da violência urbana.

Aproveitando-se de uma segurança pública precária e despreparada diante da organização humana e do arsenal bélico, o crime organizado só recentemente parece estar perdendo terreno para as investidas do Estado por meio de ações do Governo Federal (junto com os governos regionais e municipais) que, apesar de tudo, não consegue conter o mercado ilegal. O mercado consumidor de drogas se expande cada vez mais¹⁶. É para os seus consumidores que elas terão seu valor de uso, como já apontamos inicialmente.

As mercadorias do tráfico, como qualquer outra, tem também um alto valor de troca. Além do valor de uso, vários outros aspectos¹⁷ são levados em conta para a definição do seu valor de troca.

¹⁵ “O principal meio de ‘lavagem do dinheiro’ do crime organizado é o sistema financeiro nacional e transnacional. Isto tem levado o governo brasileiro a criar obstáculos institucionais para essa prática, uma vez que o Brasil entrou no esquema internacional de ‘lavagem do dinheiro’. Segundo relatório da Comissão Especial de Estudos sobre o Sistema Financeiro, presidida pelo Chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, de R\$ 3,480 trilhões que circulam no sistema financeiro do país, R\$ 490 bilhões têm origem suspeita. Como se pode deduzir, o Brasil ainda não faz sombra a países como Suíça, Luxemburgo e aos paraísos fiscais do Caribe, porém, a cada dia cresce a sua projeção no setor, uma vez que a ‘lavagem de dinheiro’ no Brasil abrange áreas econômicas de amplo espectro, que vão da pecuária até o setor de serviços, entre outras”. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997, p. 76)

¹⁶ “Hoje em dia, os solventes e os tranquilizantes superam a maconha, terceira droga mais usada. O aumento da expansão de viciados em anfetaminas é mais rápido inclusive que o crescimento de dependentes da cocaína. Isso apesar de continuar em ascendência o consumo de cocaína nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, partes do país onde o poder aquisitivo da população é maior. Nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo registra-se o maior número de assaltos, criminalidade e desvio de carga. Tal violência envolve as camadas sociais de baixa, média e alta renda, tanto no tráfico como no consumo das drogas”. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997, p.81-82)

¹⁷ No caso das mercadorias do tráfico (maconha, cocaína e crack) temos também, o processo de sua produção, envolvido em seu valor. Processo que não se aplica no caso dos serviços prestados pelas milícias, por se tratar de serviços e instalações pirateados.

Sabe-se que a distância entre o local de produção e de processamento tem reflexos sobre o preço da droga para o consumidor. Apesar de dificultar a ação repressiva e de facilitar o tráfico, as grandes distâncias, particularmente na região Norte, de alguma forma acabam repercutindo sobre o preço de venda. Segundo levantamentos da Polícia Federal concluídos em 1996, o preço da cocaína, por exemplo, variava entre Estados e regiões, como reflexo do grau de vigilância policial. A demanda e a oferta são eventualmente afetadas quando ocorrem grandes apreensões. O quilo da cocaína em Ponta Porã, ponto tradicional de entrada da droga em Mato Grosso do Sul, oscila entre US\$ 2.500 e US\$ 3.000. Em outras cidades do Mato Grosso do Sul e em São Paulo tem permanecido entre US\$ 3.000 e US\$ 4.000. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul estava na faixa de US\$ 4.000 a US\$ 5.000 e em Santa Catarina de US\$ 6.000. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997, p.83)

Neste trecho notamos a influência da distância no preço de mercadoria. Além do valor de uso, do *quantum* do trabalho humano despendido na mercadoria, tem-se o obstáculo da fiscalização, por se tratar de um produto ilegal, as medidas para que o produto chegue ao seu mercado consumidor também elevam seu preço.

O mesmo fenômeno ocorre com relação à maconha. Segundo o citado levantamento, seu preço é de R\$ 40,00 a R\$ 50,00 o quilo no sertão de Pernambuco. Em Ponta Porã (MS), o quilo oscila entre R\$ 50,00 e 100,00. O quilo da maconha chega a custar R\$ 250,00 em Santa Catarina e R\$ 300,00 no Rio Grande do Sul. Em São Paulo pode alcançar R\$ 800,00. No Rio de Janeiro, entre R\$ 1.000 e R\$ 1.200. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997, p.84)

Segundo o autor, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o volume de apreensões é um fator que interfere no preço da mercadoria, elevando-o onde a fiscalização atua com maior rigorosidade. A porcentagem que chega ao seu destino é menor do que em outras regiões, aumentando seu preço.

Em Santa Cruz de la Sierra a cocaína pura, vendida em quantidades superiores a 30 kg, valia, em outubro de 1996, 1.500 dólares por quilo. Em território brasileiro, no mesmo período, havia quem pagasse até 5.000 dólares por quilo. Nas ruas, um quilo de cocaína pura com as impurezas que lhe são incorporadas se transforma em quatro quilos para o consumidor comum. Esse fato faz com que o bom negócio, hoje, seja receber em cocaína pura o pagamento por serviços. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997, p. 97)

As drogas ilícitas percorrem todo o país. O Brasil que antes era apenas rota de tráfico passou a ser também produtor e consumidor. Quando isso passou a ocorrer, a estrutura da circulação já estava ativa e era conhecida pelas partes envolvidas no processo:

A extensão do território, das fronteiras e vasta costa marítima, a vizinhança com os principais centros produtores, a existência de infra-estrutura de transportes e de comunicações bem desenvolvida colocam o Brasil em posição privilegiada nos negócios das drogas. Afora isso, o País conta com um sistema financeiro que cresceu sem mecanismos de controle eficazes.

As características estruturais do narcotráfico no Brasil se desenvolveram inicialmente a partir de sua condição primordial de país de trânsito, que o diferenciou dos países produtores ou eminentemente consumidores. Essa característica voltada para uma atividade meio, o trânsito, faz com que grupos atuantes neste segmento do narcotráfico, como no caso brasileiro, estejam operacionalmente vinculados às estruturas e organizações nas duas pontas do processo. Ou seja, vínculos com países produtores e consumidores. Por consequência, ligações com os grandes cartéis internacionais, como aquelas existentes nos principais centros de consumo e produção às demais estruturas de contravenção associadas ao narcotráfico. De todas elas, os narcotraficantes brasileiros recolhem e adaptam experiências em processo de contínuo aprendizado, permitindo-lhes definir formas eficazes de atuação. Isso gera capacidade adaptativa às mudanças que ora o mercado, ora as ações repressivas introduzem. (PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997 p. 86-87)

Nosso intuito ao avaliar esses dados sobre os preços, valores de uso e de troca da mercadoria ilícita e sua circulação, é demonstrar que este comércio movimentada a estrutura do sistema capitalista de forma paralela, porém, nos mesmos moldes do processo de produção e circulação de uma mercadoria legal. Mas não só: os rendimentos adquiridos através do mercado ilegal são, em parte, incorporados ao sistema econômico financeiro através da “lavagem de dinheiro”. Em alguns casos, também há a troca de drogas por armas, munições e prestação de serviços.

Como tentamos demonstrar, uma parcela da população encontra-se envolvida em atividades ilegais, compondo as milícias ou do tráfico de mercadorias. Porém, como o capital é uma relação social, de um lado há “assalariados”. Referimo-nos a “assalariados” as pessoas que são remuneradas para exercer as atividades ilegais do tráfico e milícias. Estão vinculadas ao crime, porém, sem fazer parte da sua organização, apenas trabalhando para os que possuem o poderio bélico e financeiro do crime, e apesar se serem trabalhadores informais, vendem sua mão-obra para os detentores dos meios de produção.

De outro há os detentores dos “meios de produção” que, embora não componham as frações burguesas oficiais reconhecidas publicamente pelo poder estatal, auferem lucros do sobretrabalho dos primeiros. Essa fração conta com aparato bélico e financeiro grande, fazendo com que exerçam influência em diversos segmentos da sociedade capitalista. Inclusive influências parlamentares.

3.2 O TRÁFICO DE ARMAS

O tráfico de armas no estado do Rio de Janeiro foi objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em 2011. Para a busca de informações, os parlamentares tiveram à disposição dados das Polícias, Exército, Marinha e reportagens de revistas e jornais, porém, mesmo com acesso a amplas fontes, não foram poucas as dificuldades encontradas devido à estrutura rudimentar de coleta e controle das informações.

Embora seja significativa a quantidade de apreensões de armas no Rio de Janeiro, não resta dúvida do quanto é insuficiente esse número. No período de janeiro a novembro de 2010, foram contabilizados 6.289 registros de apreensão, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ). Estima-se que a média de apreensão de armas no estado do Rio de Janeiro seja de 13 mil por ano. Porém, segundo pesquisa do ISER, somente no município do Rio de Janeiro havia em 2006 cerca de 998.621 armas em circulação, dessas 159.723 estariam vinculadas a atividades criminosas. (ALERJ, 2011, p.5)

Chama a atenção o volume de armas envolvidas em atividades criminosas. Estas, por sua vez, estão nas mãos desde pequenos vendedores de drogas no varejo, como também nas mãos de traficantes que possuem grande poderio financeiro. Isso sem falar dos milicianos que impõem taxas à população e que também fazem uso de armas clandestinas.

Quanto ao tráfico de drogas, chama a atenção o exemplo da ocupação militar do Complexo do Alemão em 2010. Segundo divulgação pela imprensa *em 12 dias de confrontos, incluindo as invasões nos complexos da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, foram apreendidas 518 armas - sendo 200 pistolas, 140 fuzis, 73 revólveres, 35 metralhadoras, 34 espingardas e 18 submetralhadoras, além de 38 granadas e seis bombas artesanais.* Tal amostragem demonstra que o tráfico de drogas e armas andam de mãos dadas.

Há informações no sentido de que milícias, inclusive com a participação de políticos, mais do que utilizarem esse armamento, também o vendem para os traficantes de drogas. Como divulgado na imprensa, um grupo de milicianos de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, que negociava armas com traficantes do Conjunto de Favelas do Alemão, na Penha, na Zona Norte do Rio, foi preso. *A operação, que visa cumprir 34 mandados de prisão já prendeu 20 pessoas. Entre elas, dois vereadores, policiais militares, ex-PMs, um sargento do Exército e um fuzileiro naval.* (ALERJ, 2011, p. 5-6)

O autor afirma que a maioria das armas ilegais em circulação foi legal em sua origem. “Tanto é assim, que há estudos do Ministério da Justiça afirmando que as armas estrangeiras não passam de 20% do total das armas apreendidas, inclusive no Rio de Janeiro.”

(ALERJ, 2011, p.6) A maioria das armas ilegais apreendidas, após o rastreamento, é oriunda das Forças Armadas, de policiais e compradas no varejo no país.

Segundo o relatório da CPI das armas, em 2007, um projeto do Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais, de Genebra, publicou um estudo, “Small Arms Survey – as armas e a cidade”, referindo a três cidades, entre elas a do Rio de Janeiro, no qual afirma que as armas e munições encontradas nas mãos de criminosos são oriundas das instituições de segurança do Estado. Resta-nos saber, como estas armas chegam àquelas mãos:

O relatório concluiu que (a) grande parte da munição apreendida na ilegalidade é produzida quase exclusivamente para as Forças de Segurança do estado; (b) esses tipos de munição correspondem em volume e em origem aos tipos usados pelas Forças de Segurança do Rio; (c) tanto os ‘atores estatais’ quanto os ‘não-estatais’ exibem estoques de munição muito ‘nova’, sugerindo uma ‘cadeia de abastecimento curta’; (d) por fim, outras fontes de informação reforçam as descobertas sobre desvio de munição que foram apontados pelos dados do relatório. (ALERJ, 2011, p.43)

Para a CPI, o controle realizado pela polícia do RJ é frágil, nem ao menos é informatizado. Dessa forma, para ocorrer o desvio de armas e munições não exige atividades muito bem elaboradas:

O caso da polícia do Rio é exemplar. O armamento da polícia ainda não é nem uniformizado nem individualizado, sendo imperativo o controle biométrico-digital, informatizado, do controle de entrada e saída de armamento, considerando-se a necessidade existente de troca de armamento. Os policiais revezam no uso das armas do batalhão – sendo que, muitas vezes, a mesma arma é usada por mais de um agente no mesmo dia. E o controle é realizado por um sistema de retirada pautado no registro em livro. Não é informatizado. (ALERJ, 2011, p.45)

Após o relatório, a Secretaria de Segurança do Estado do RJ propôs algumas medidas, uma delas foi a de fornecer uma arma para cada policial, porém as armas longas, como fuzil, ainda ficariam sendo controladas de outra forma.

Quanto às lojas que revendem as armas, o relatório aponta seis lojas de onde foram vendidas armas que acabaram apreendidas na ilegalidade. Todas elas na região de Duque de Caxias, no RJ. Até chegarem às lojas, a responsabilidade é do Exército. Na revenda às pessoas físicas ou jurídicas, a responsabilidade é da Polícia Federal. Porém, sem fiscalização, sem recursos para fiscalizar, nem uma nem outra conseguem efetuar uma fiscalização eficaz. “A falta de efetivo controle e fiscalização do comércio legal de

armamento e a precariedade dos órgãos reguladores (DFPC e Polícia Federal) contribuem para fragilizar a repressão sobre o armamento ilegal”. (ALERJ, 2011, p.53)

Com a falta de fiscalização, parte das armas compradas legalmente, tanto por pessoas físicas como por pessoas jurídicas são desviadas ou vendidas ilegalmente:

O caso das empresas de segurança privada é emblemático. Os dados oficiais da Polícia Federal revelaram que no ano de 2008 havia 3.112 empresas de segurança privada no Brasil. Já o SINARM aponta que em 2010 foram registradas 259 mil armas por empresas de segurança privada no Brasil. No Rio esse número é de 24.689 armas. Estima-se que o número de empresas ilegais seja cerca de três vezes superior ao de empresas legalizadas [1ªRO pg.13]. (ALERJ, 2011, p.54)

A fiscalização do grupo de colecionadores e atiradores também é precária, são raras as fiscalizações e existem casos de membros da marinha e/ou exército que são exonerados por problemas psíquicos e entram para o grupo de tiro esportivo, podendo praticar tiros, como no caso do Marquinhos Sem Cérebro que, mesmo reformado da Marinha, filiou-se a Confederação Brasileira de Tiro Prático (CBTP) e à Federação de Tiro Prático (FTP) passando a ter direito de treinar disparos com diversas armas.

Problemas estruturais da polícia também contribuem para o tráfico de drogas e de armas e à atuação de milicianos:

A fiscalização do trabalho que o policial realiza nas ruas (seja nas rotinas de patrulhamento ou nas operações ostensivas) é decisiva para impedir que o armamento apreendido na ilegalidade continue no desvio não sendo devidamente apreendido, registrado, periciado e acautelado pelo Estado. No Rio de Janeiro, esse controle da atividade do policial que atua na ponta ainda é bastante precário. Segundo Rangel, “nossa realidade é essa: o comando não sabe o que o policial faz na rua”. (ALERJ, 2011, p.61)

Armas que são apreendidas por policiais não chegam ao seu destino como deveriam: destruídas pelo Exército. Acabam ficando armazenadas em salas da polícia estadual e, em alguns casos, são desviadas à criminalidade. É o que mostra o “Relatório sobre os Rastreamentos de Armas de Fogo Apreendidas nos Estados Brasileiros” publicado em setembro de 2010:

A pesquisa apontou que 69,85% do armamento apreendido no Rio de Janeiro foi desviado da legalidade dentro do próprio estado, 15,80% foi desviado da legalidade em outros estados e chegou ao Rio pelas rotas do tráfico interestadual, e apenas 14,09% entrou ilegalmente no estado pelas rotas do tráfico internacional. Os dados reforçam o entendimento de que o principal problema que enfrentamos está no controle do fluxo de armas do mercado interno (especialmente o mercado estadual). (ALERJ, 2011, p.66)

Baseados nessa análise, temos a constatação de que a circulação e a produção de valor dessa mercadoria se dão no mercado nacional. Os desvios de armas da legalidade para a ilegalidade ocorrem entre civis e policiais que possuem suas armas e as inserem no mercado ilegal vendendo para indivíduos que atuam na criminalidade.

Ressalte-se que a maior parte das armas apreendidas no crime ou foram compradas legalmente por pessoas físicas que depois foram furtadas ou roubadas; ou as pessoas que compraram as armas legalmente as revenderam ilegalmente; ou as armas foram vendidas pelos lojistas para pessoas com documentação falsa. (ALERJ, 2011, p.81)

Além, desses problemas, tem-se o armamento das empresas de vigilância privada, que deveria ser controlado pela Polícia Federal. São mais de 200 mil vigilantes que possuem mais de 20 mil armas. Quanto às empresas que atuam na clandestinidade a situação é ainda pior, “A Superintendência da Polícia Federal diz que a responsabilidade é da Secretaria de Segurança. Já a Secretaria de Segurança diz que é responsabilidade da Polícia Federal” (ALERJ, 2011, p.82). E assim, essas empresas ficam sem fiscalização. Não há controle do estoque de armamentos da própria polícia:

As informações, mesmo que parciais e ‘envergonhadas’ — parte delas, inclusive, públicas e notórias — dos Órgãos estatais (tanto na esfera estadual quanto federal, na civil quanto na militar), demonstram o volume impressionante do desvio de armamento dos paióis das Instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas. Além disso, sinalizam para o envolvimento de agentes estatais, não só nesses desvios, mas também em outras esferas do tráfico de armas, munições e explosivos (seja o local, o interestadual ou o internacional), bem como no cometimento de crimes com armamento patrimonial. O recente homicídio da juíza Patrícia Acioli, executada por policiais militares com arma e munição patrimoniais da própria Polícia Militar, é um caso emblemático. (ALERJ, 2011, p.87)

De acordo com dados apurados pela Alerj, para o relatório da CPI sobre o tráfico de armas, denúncias entre 2000 e 2010 indicaram 116 nomes. Dentre esses nomes, integrantes das Instituições de Segurança Pública e militares das Forças Armadas

participaram, em termos proporcionais, em metade dos crimes que envolviam armas, munições e explosivos:

O alto percentual envolvendo policiais militares, deve-se, principalmente, às seguintes modalidades criminosas: tráfico de armas, ilícitos envolvendo armas e munições, venda de armas e munições para traficantes, bem como, uso de armas subtraídas do tráfico que são desviadas de operações policiais por agentes públicos que integram uma milícia ou por policiais que vendem armas e munições para milicianos visando aumentar sua fonte de renda. Convém destacar que na relação de envolvidos e na apartada de noticiados consta a participação de oficiais superiores da corporação, fato que revela o nível de infiltração criminosa, que já atinge a cúpula dessa polícia. (ALERJ, 2011, p.94)

Muitas dessas armas que são retiradas da legalidade são entregues às milícias. Os integrantes desses grupos, por serem ex-policiais, ou oficiais da reserva possuem mais fácil acesso à mercadoria do que os indivíduos que atuam no varejo do tráfico de drogas, por exemplo. Os contatos que possuem, o conhecimento da rotina policial e/ou militar proporcionam melhores condições para adquirir armas de fogo que estariam na legalidade.

[...] policiais civis e militares teriam desviado armas e munições durante a ocupação do Complexo do Alemão pelas forças de segurança e militares. Segundo denunciante, os fuzis com carregadores teriam sido vendidos posteriormente para o atual líder da milícia “Liga da Justiça”, que teria comprado cerca de 40 (quarenta) fuzis 7.62 (armas novas), pagando por cada peça o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A venda teria sido intermediada por um inspetor da polícia civil que seria miliciano e na época da venda estaria lotado na 22ª Delegacia Policial, localizada no bairro da Penha. (ALERJ, 2011, p.103)

Uma das denúncias da CPI seria de que uma milícia estaria se fortalecendo visando assumir, também, os pontos de venda de drogas na Zona Oeste do estado e já estaria de posse de mais de 250 fuzis, granadas, centenas de pistolas Glock e farta munição.

Além do desvio de armas realizado pela polícia, também temos os desvios das empresas de vigilância privada. Não há um controle e/ou fiscalização adequados para as armas de civis e às empresas que revendem as armas.

Analisando cada capilaridade, temos os traficantes de drogas que, inclusive, dispõem de um sistema de compra de armas e munições arrecadas por policiais corruptos, que não deixam de ser representantes do estado, porém, infelizmente, usam a engrenagem da segurança pública e tornam-se, também, ‘fornecedores’, numa verdadeira retroalimentação armamentista. De igual modo, temos as milícias, porém com maior gravidade, pois as armas, munições e explosivos são desviadas por policiais que vendem para os milicianos, ou por policiais que são os próprios milicianos, que aterrorizam a população com as suas práticas extorsivas e com a perpetração de homicídios em vários pontos do estado que continuam sob o domínio expansivo desses grupos criminosos. (ALERJ, 2011, p.112)

Como mencionamos anteriormente, a grande maioria das armas ilegais que circulam no país, foi legal em sua origem. A circulação de parte dessa mercadoria a tornou ilícita. “[...] a quantidade de armas de fogo desviadas no Estado do Rio de Janeiro foi de 8.912, entre 2000 e 2010. Desse total, o grupo que teve a maior parte dos desvios foi o universo privado. Este representou 82% dos desvios, totalizando 7.332 armas de fogo”. (ALERJ, 2011, p.134)

Ainda de acordo com a Alerj, dentre as 7.332 armas, 6.302 são oriundas de pessoa física e 1.030 de pessoa jurídica. E as 1.580 restantes são oriundas do setor público.

As informações coletadas pela CPI sobre as apreensões de armas deram subsídio para a análise, apesar de serem informações que podem possuir falhas. Porém, notou-se que as informações sobre apreensão de munição, tão importante quanto à apreensão de armas, vem sendo negligenciada. Quase não há registros sobre munição, e o que se possui é muito inferior ao quantitativo de apreensões de armas.

Quando o Estado não registra ou registra mal a informação, ele perde uma parte da história da arma de fogo e da munição. Encontramos problemas em três partes importantes: apreensão, desvio e registro. Perdemos muitas histórias de armas de fogo. Algumas delas podem ter relação uma direta com os 83.728 homicídios e latrocínios informados pela Polícia Civil a esta CPI, isto sem contar as lesões corporais seguidas de morte, os encontros de cadáver e, até, desaparecidos, que foram mortos por disparos de armas de fogo, bem como as mortes em *resistência*, nos aproximando da casa dos 100.000 mortos, entre 2000 e 2010. Muitas histórias perdidas para uma unidade da federação que teve, ao longo de 10 anos, uma taxa média de 37,6 só de homicídios com uso de arma de fogo para cada 100 mil habitantes. (ALERJ, 2011, p.165)

Como citado pela CPI das armas, alto índice de homicídios, latrocínios, lesões corporais, entre outros, podem ter sido possíveis graças aos desvios e tráfico de armas de fogo no país. Podendo atingir não apenas aqueles que estão atuando na criminalidade, mas também, usuários de drogas e entorpecentes, juízes, civis que muitas vezes são atingidos por

balas perdidas, enfim, todos nós estamos à mercê de qualquer fatalidade, uns mais outros menos. Como o caso da juíza Patrícia Acioli, uma das vítimas de armas de fogo:

No dia 11 de agosto, quando a CPI já caminhava a pleno vapor, novo fato trouxe à tona a gravidade do descontrole do Estado sobre seus próprios paíóis e sobre a conduta de suas tropas: o assassinato da juíza Patrícia Acioli, com 21 tiros, em emboscada à porta de sua casa, na Região Oceânica de Niterói. A investigação envolveu a apreensão de 695 armas e o exame de balística mostrou que pelo menos uma arma e parte da munição utilizadas no crime pertenciam à reserva de armamento do 7º BPM (São Gonçalo), justamente a área onde a magistrada atuava. Entre os 11 policiais militares réus do processo referente ao crime, há o próprio comandante da unidade militar, tenente-coronel Cláudio Luiz Oliveira, este acusado de ter sido o mentor do assassinato de Patrícia, assim como de receber caixinha mensal e de receptor “espólio” do varejo do tráfico de drogas (dinheiro, armas etc), e seu braço-direito, o tenente Daniel dos Santos Benitez Lopes. (ALERJ, 2011, p.168)

O fornecimento de armas também advém das milícias. Os milicianos que, em parte, são policiais, negociam armas com os traficantes. A operação “Capa Preta” da Draco obteve gravações que “revelaram os passos da negociação para a venda de armas por milicianos de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, para traficantes do Complexo do Alemão”. (ALERJ, 2011, p.224)

A conclusão da CPI é de que não existe uma estrutura eficaz de controle sobre as armas e munições no Rio de Janeiro, em todos os campos, seja no controle das armas do Estado, seja das empresas de vigilância privada, dos colecionadores ou de qualquer civil que adquira uma arma de fogo. Não há fiscalização ou controle da movimentação de armas e seu comércio. “Em suma, o Estado não se controla, muito menos controla e fiscaliza, devidamente, o mercado de armas, munições e explosivos”. (ALERJ, 2011, p.232)

No que se refere à segurança pública, mesmo com a diminuição dos investimentos na segurança pública, ela não deixou de existir. O policiamento se mantém nas cidades, ainda que sucateado. O que devemos observar é a forma de atuação dos responsáveis pela segurança. A política de segurança aplicada possui caráter repressivo ao invés de manter a segurança da população.

Outra atividade que surgiu nessa área com o discurso de manter a segurança nos morros cariocas são as atividades exercidas pelos milicianos. No ano de 2006, estes grupos, aparentemente, surgiram com o intuito de exterminar o tráfico e consumo de drogas de determinada região, em sua maior parte nas favelas e morros do Rio de Janeiro. No

entanto, as milícias se impõem, com ou sem a aprovação da população, cobrando tarifas por seus serviços prestados.

3.3 MILÍCIAS

Mc Leonardo, colunista da revista *Caros Amigos*, faz um recorte histórico do início do varejo da droga nas favelas do Rio de Janeiro desde os anos 1960 até o surgimento das milícias:

Até então nas favelas se comentava que ‘Fulano’ fumava droga, que ‘Sicrano’ tinha um revólver e vendia a tal droga, era o mercado de venda varejista de drogas que estava chegando com um poder que ninguém tinha ali dentro: o poder financeiro.

Para os comerciantes foi um grande negócio: ninguém mata ninguém, ninguém rouba ninguém, ninguém estupra ninguém, enfim, quem decidia era o comércio da droga. ‘Temos nossas regras e quem não quiser cumprir pode ir embora ou vai morrer’, diziam os vendedores de drogas. (LEONARDO, 2009, p.10)

De início a população aceitou as condições dos traficantes, que proporcionavam segurança para a população, já que o governo não fornecia infraestrutura alguma, principalmente segurança. Na década de 1980, o consumo de drogas ganha proporções internacionais, conseqüentemente, a circulação de drogas e armas nas favelas cresce substancialmente. O indivíduo que comercializa a droga passa a ser chamado de traficante. “Mas o nome ‘traficante’ ficou mesmo [para o] vendedor pobre da favela, mesmo sem nunca ter saído da favela pra comprar armas ou drogas – por isso eu me nego a chamar de traficante quem é usado como mão de obra barata de um sistema assassino e covarde”. (LEONARDO, 2009, p.10)

O comércio de drogas ganhou tamanho espaço e domínio do Rio de Janeiro que os chamados traficantes tinham o poder de fechar o comércio local no momento em que fosse conveniente. Por muitos anos o governo não “mexeu” nas favelas e quando se deu conta, o poderio bélico e financeiro já estava forte demais. Nesse contexto de domínio por quem tem mais força no território, surgem as milícias, impondo uma prestação de serviços e cobrando por ela.

No ano de 2008, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as questões da milícia no estado do Rio de Janeiro. Em seu relatório tenta-se uma definição para “milícia”:

Nas oitivas realizadas pela CPI das Milícias ao longo dos meses de junho a novembro, estudiosos, profissionais de Segurança, delegados e membros do Ministério Público não foram unânimes quanto a uma definição do termo. Para o delegado Marcus Neves, da 35ª DP, milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-trafficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil. Já os estudiosos Jaqueline Muniz e Domício Proença consideram o termo —milícia inadequado, pois, para eles, trata-se de gangues formadas por policiais e ex-policiais que vendem segurança contra eles próprios. Para Domício, o conceito de milícia é: —arranjo de gente armada querendo prover segurança fora da lei. Todo e qualquer grupo que age de forma ilegal. (ALERJ, 2008, p.34–35)

Esses grupos armados formados por policiais e ex-policiais, civis e militares, se reúnem buscando lucro através de cobranças e taxas, propinas e mensalidades de determinada população. Com o uso ilegítimo da força, impõem sua própria política e suas próprias leis, extorquindo os moradores. Ligados a esses atos, também estão os crimes de sequestro, corrupção, “lavagem de dinheiro”, entre outros.

As milícias são formadas por agentes do Estado, ex-policiais e civis, possuem o controle de determinada região, através da força física e psicológica. Dominam o local com o intuito de obter lucro com serviços prestados. Em princípio, o discurso da milícia é fornecer a segurança que o Estado não o faz de maneira efetiva. A CPI destinada a investigar a atuação das milícias no Rio de Janeiro definiu o seus procedimentos do seguinte modo:

1. controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular; 2. o caráter coativo desse controle; 3. o ânimo de lucro individual como motivação central; 4. um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem; 5. a participação ativa e reconhecida dos agentes do Estado. (ALERJ, 2008, p.36)

Dentre os elementos estabelecidos pela CPI, vale ressaltar o terceiro: o lucro individual como motivação central. É contraditório que os agentes do Estado que compõem a milícia mantenham a segurança pública eficiente. Caso isso se realize, estariam se privando de uma forma de obtenção de lucro. **“O motor da milícia não é libertar ninguém; o motor da milícia é gerar renda individual”** [grifos no original]. (ALERJ, 2008, p.37)

Em síntese, e de acordo com a CPI, o faturamento ilegal das milícias vem de, além de taxas sobre a segurança privada, da exploração de serviços públicos concedidos: transporte alternativo, venda de gás, acesso à tevê por assinatura e à internet. A necessidade

de infraestrutura que, em determinados locais não é fornecida à população pelo Estado, cria-se um campo de atuação para as milícias. Através de instalações pirateadas, os milicianos disponibilizam o acesso a serviços desejados pela população, serviços estes que já possuem valor de uso. O faturamento das milícias, como veremos adiante, também movimentam milhões, em função do alto preço dessa mercadoria.

Como dissemos, a circulação de mercadorias ilícitas se faz nos mesmos padrões expressos por Marx em $D - M - D'$ como também se dá de forma direta, também conhecida como escambo. Essa forma direta não altera o princípio do capitalismo, obtenção de lucro, apenas deixa de se utilizar a forma monetária como instrumento da circulação.

O lucro obtido pelas milícias, seja através da cobrança de ágio, seja através da exploração direta via cooperativas comandadas por elas, é alto. De acordo com declaração do vice-presidente do Sintral, Guilherme Biserra, ao jornal *O Globo*, edição do dia 27 de agosto de 2008, os motoristas de vans pagam, em média, R\$ 50,00 de pedágio/dia. Levando em conta o número de vans irregulares que circulam e das vans legalizadas que são vítimas de extorsão, o valor arrecadado anualmente pode chegar a R\$ 145 milhões. [...]

Acusado de ser um dos integrantes da milícia de Rio das Pedras, Getúlio, presidente da Cooperativa de Rio das Pedras, informou que sua cooperativa tem 339 vans e que cada carro transporta 250 passageiros em média por dia, ao preço unitário de R\$ 2,00. A partir desses dados chega-se à conclusão de que, num único dia, o faturamento alcança a cifra de R\$ 169.500,00, podendo chegar, ao final de um ano, a um lucro bruto superior a R\$ 60 milhões. (ALERJ, 2008, p.116–117)

A arrecadação financeira das milícias compara-se a grandes empresas no cenário econômico, movimentando milhões ao ano. Com abertura de empresas em nome de terceiros, conhecidos como “fantasmas” ou “laranjas” para efetuarem a “lavagem do dinheiro”, transforma-se o “dinheiro sujo” em patrimônio.

Os valores cobrados pelas milícias para o serviço de tevê por assinatura, de acordo com as denúncias recebidas pelo Disque Milícias, variam de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 a instalação; e de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 o sinal. Numa comunidade de 4 mil domicílios é possível supor que o faturamento das milícias só com este serviço esteja em torno de R\$ 1 milhão por ano. (ALERJ, 2008, p.123)

Tanto as milícias quanto os narcotraficantes estão envolvidos em outros crimes, além da atividade que exercem, interferindo na segurança pública. A ineficiência do Estado em combater esses crimes acarreta em violência urbana, crescimento dos índices de homicídio, sentimento de insegurança, afetando o cotidiano da população.

O discurso utilizado pela milícia é diferente do que a população estava acostumada a presenciar com o convívio com o narcotráfico. Apesar de se tratar de tarifas impostas à população o fazem de maneira aparentemente amigável, como demonstra a figura abaixo:

Imagem 1



Fonte: COSTA (2011, p.31)

Vemos que o nome do grupo miliciano "Amigos Unidos – Apoio" transmite certa segurança à população, o panfleto demonstra preocupação com o morador, no entanto, ele não passa de um comunicado do valor que será cobrado por determinado serviço e a data que deverá ser efetuado o pagamento. O serviço prestado será cobrado.

No início do aparecimento das milícias, a aceitação pública foi positiva, inclusive por governantes do Rio de Janeiro. De acordo com a revista *Caros Amigos* (2009), o ex-prefeito Cesar Maia (DEM) declarou que as milícias eram "autodefesas comunitárias", enquanto Eduardo Paes (PMDB), prefeito em exercício em 2009, afirmava que: "Jacarepaguá é um bairro em que a tal da polícia mineira, formada por policiais, por bombeiros, trouxe tranquilidade para a população. O morro do São José Operário era um dos morros mais violentos desse estado, e agora é um dos lugares mais tranquilos" (SALLES, 2009, p.30)

Com a aceitação da opinião pública e a "legitimação" do governo, as milícias seguiram explorando a população, com taxas ilegais por prestação de serviços e impondo suas próprias leis, sendo cumpridas a qualquer custo. Assassínatos e violência contra a população eram comuns em áreas dominadas pelas milícias.

As taxas sobre os serviços prestados são altamente lucrativas. “Apenas com uma dessas atividades, o transporte alternativo, os criminosos arrecadam algo em torno de R\$ 60 milhões por ano”. (SALLES, 2009, p.30)

A opinião pública e a postura dos meios de comunicação sobre as milícias se alteraram após a notícia de tortura de uma equipe de jornalistas do *O Dia*, quando três deles foram brutalmente torturados na favela do Batan, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 2008. A CPI que já havia sido proposta por Marcelo Freixo¹⁸ foi desengavetada indiciando 225 pessoas e apontando 1.113 suspeitos. Porém, apenas 42 pessoas foram presas e o então deputado Marcelo Freixo (PSOL – RJ) passou a sofrer ameaças e a ter proteção policial por 24 horas. “[...] o deputado [Marcelo Freixo] conta que não havia presença do tráfico varejista de drogas em 65% das áreas controladas por ‘milícias’, ‘o que desmonta de uma vez por todas a ideia de que a milícia é uma reação ao tráfico” (SALLES, 2009, p.30)

Com a implantação da CPI, foi criado o disque-milícia, no qual puderam desmistificar a ideia de que a população aprova a presença das milícias em sua região. Receberam milhares de telefonemas com informações “quentes” para o combate às milícias.

As milícias começaram a se organizar no Rio de Janeiro há uns 9 anos. Começa com organizações de defesa local, regras estabelecidas coletivamente. Ao longo do tempo isso vai se desvirtuando, começa a chegar, por exemplo, máquina caça-níquel, começa a ter um projeto de poder sobre o conjunto habitacional, então alguns líderes vão ganhando projeção política, começam a abrir leques econômicos muito fortes. O mesmo grupo que protegia a comunidade, que comandava a comunidade, começa a controlar o gás, a van, a TV a cabo clandestina. Essas atividades econômicas são somadas ao domínio de território, sendo esses milicianos agentes públicos da área de segurança, ou ex-agentes – policiais, bombeiros, agentes penitenciários. Na cabeça, toda liderança de milícia é formada por esses setores. Utilizam-se do discurso da ordem, dos distintivos e de uma ideia de segurança promovida por eles para aquela comunidade, sempre se contrapondo a uma lógica de grupos marginais. Esses grupos passam então a ter projetos de poder. (SALLES, 2009, p.31)

Aos poucos, políticos passaram a estabelecer alianças com as milícias podendo contar com o apoio delas em suas candidaturas. Estes “parceiros políticos” se elegem e, direta ou indiretamente, acabam beneficiando os grupos de milicianos. Em poucos anos as

¹⁸ “Em 2007 assumiu o primeiro mandato como deputado estadual do PSOL, na Alerj. Presidiu a CPI das Milícias (2008), que indicou 225 envolvidos e apresentou 58 medidas concretas para acabar com essa máfia. Em 2011 presidiu a CPI das Armas que culminou na elaboração de um relatório que prevê medidas estratégicas para acabar com o tráfico de armas e munições no Rio de Janeiro”. (FREIXO, disponível em <<http://www.marcelofreixo.com.br>>)

milícias passaram a ter seus representantes no poder público, o domínio das regiões, a população sobre seus comandos e os lucros exorbitantes sobre os “serviços prestados”:

A gente até então não tinha uma história do crime no Rio de Janeiro com tamanha capilaridade dentro do Estado. Não se trata de um estado paralelo, é o crime dentro da máquina pública. Nada melhor para um miliciano que controla uma determinada região do que ser parlamentar e ter braços políticos, ser ‘amigo’ do prefeito, do governador, para poder influenciar na indicação das pessoas que vão organizar, através do estado, aquelas áreas onde ele é o ‘dono’. (SALLES, 2009, p.31)

Além das alianças com parlamentares, também há a manipulação da população para votar em um candidato “indicado”, morador ou não da favela. Como relata Alba Zaluar sobre a candidatura de Nadinho:

Ao perceber não apenas o potencial eleitoral, mas a real possibilidade de se elegerem candidatos da favela, Nadinho, sob o discurso da necessidade de representação da favela no governo como meio de alcançar as reivindicações e sanar as carências locais, candidatou-se a deputado estadual em 1998. A aposta foi certa e o candidato obteve 3.624 votos, tornando-se suplente pelo PT do B. Em 2000, tentou nova candidatura, dessa vez para o cargo de vereador, e, ainda pelo PT do B, obteve 8.085 votos, sendo mais uma vez suplente.

Em 2002 e 2003 a associação promoveu uma campanha de regularização e transferência de títulos eleitorais dos moradores de Rio das Pedras. Como se sabe, a favela é predominantemente composta por imigrantes nordestinos. Tal campanha foi realizada com o intuito de eleger Nadinho e consistia em andanças pela comunidade de pessoas ligadas à associação, que batiam de porta em porta explicando a utilidade de ter um representante de Rio das Pedras no Legislativo da cidade. Convencidos os moradores, eram marcados a hora e o local em que várias Kombis estariam esperando para levá-los ao TRE. (ZALUAR, 2007, p.94)

A campanha deu certo e, na eleição de 2004, Nadinho foi eleito vereador com 34.764 votos.

Em 30 de maio de 2012 foi publicada no site do *R7* a seguinte reportagem: “Quadrilha de traficantes queria tomar poder em áreas onde milícias estão enfraquecidas, diz delegado”.

Com as sete prisões e a apreensão de um menor feitas nesta quarta-feira (30) durante uma operação da Polícia Civil no Jacarezinho, zona norte da capital, policiais da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais) e da Delegacia do Tanque (41ª DP) interromperam um plano da maior facção criminosa do Rio de Janeiro de controlar comunidades onde as milícias se enfraqueceram.

De acordo com as investigações que começaram há oito meses, traficantes do morro da Covanca expulsos por milicianos há aproximadamente cinco anos, pretendiam controlar e formar um novo complexo de favelas em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio, onde pretendiam ganhar muito dinheiro com a venda de drogas.

Entre os presos estão os líderes do grupo conhecidos como Sam da Caicó e Russão, que são irmãos. A mulher de Sam, Valéria Cristina da Silva de Souza, também presa, era a gerente da quadrilha, responsável pelas finanças da quadrilha, que faturava aproximadamente R\$ 300 mil por mês.

[...]

Durante a operação, foram apreendidas uma submetralhadora, uma pistola, munição e drogas, entre elas maconha, cocaína e crack. Barboza explicou que o grupo de Sam e Russão não havia se estabelecido novamente nas favelas de Jacarepaguá, mas vendia drogas na região. (BASTOS, 2012, disponível em <<http://noticias.r7.com>>)

Vemos nesse trecho que as disputas veem sendo traçadas e os até então traficantes que haviam sido “eliminados” começam a voltar à cena, tentando reconquistar o território e poder perdidos. O que nos remete às velhas e conhecidas disputas entre os grupos de traficantes, como por exemplo, as disputas entre os grupos “Comando Vermelho” e “Terceiro Comando”. Mais uma evidência de que as milícias são apenas mais uma face do crime organizado.

A cidade do Rio de Janeiro nos parece mais evidenciada do que as demais e, de fato, essa é a razão por termos a escolhido para nosso trabalho, porém, vale ressaltar que não é uma característica apenas desta região. Infelizmente, encontramos a atuação das milícias em outras cidades do país, geralmente, nas grandes cidades. É o caso de Salvador e Região Metropolitana. Durante o período de greve dos policiais militares, no início do ano de 2012, os índices de assassinatos aumentaram significativamente:

Milícias [...] e traficantes de drogas estão sendo investigados pela Polícia Civil da Bahia como responsáveis pela maior parte dos 172 assassinatos ocorridos em Salvador e Região Metropolitana, até as 20h de ontem, desde 31 de dezembro, quando a PM iniciou movimento grevista em todo estado. Ano passado, em todo mês de fevereiro foram registrados 137 homicídios. (GAUTHIER; BOTTO, 2012, disponível em <<http://www.ibahia.com>>)

Uma grande dificuldade das delegacias que se propõem a investigar a atuação desses grupos é a falta de informação e a falta de coragem das testemunhas contarem

o que sabem. Com medo de represálias e vingança dos grupos da região, a população se cala impossibilitando a atuação da polícia.

‘A demanda está muito grande. Estamos focando nos crimes que têm características de extermínio (cerca de 34%). Não é um trabalho fácil investigar esses grupos, principalmente no momento em que estamos vivendo na cidade. Temos muita dificuldade de conseguir testemunhas e também há a sensação de impunidade que encoraja o cometimento de crimes’, esclarece a delegada. (GAUTHIER; BOTTO, 2012, disponível em <<http://www.ibahia.com>>)

Em grande parte dos casos a investigação possui, como esta citada abaixo, policiais acusados de participarem dos crimes. Mortes e suspeitas de “limpeza da área” são levantadas no decorrer das investigações, um dificultador do processo de investigação:

Contudo, através de testemunhas, anteontem, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) concluiu uma investigação que acusa quatro policiais militares, integrantes de uma milícia, de serem os responsáveis pela chacina que terminou na morte de cinco moradores de rua na Boca do Rio, no dia 4 de fevereiro, quinto dia do motim da PM. Os soldados Donato Ribeiro Lima, 47, Willen Carvalho, que foram presos na última quinta-feira, e os soldados Jair Alexandre dos Santos e Samuel Oliveira Meneses, que estão foragidos, usavam um veículo Gol preto para cometer crimes em Salvador. A milícia formada pelos policiais, segundo o diretor do DHPP, delegado Arthur Gallas, é suspeita ainda de ter matado a moradora de rua Jesline Santos de Jesus Carvalho na noite de 3 de fevereiro enquanto ela alimentava sua filha na Praça da Piedade. Gallas destacou ainda que os quatro PMs são investigados por ter uma possível relação com o ex-policial militar e líder da greve, Marco Prisco, que está preso desde quinta-feira em cela comum, na Cadeia Pública, no Complexo Penitenciário da Mata Escura. A suspeita investigada é que eles tenham praticado as mortes combinados com os militares amotinados para criar pânico. A outra suspeita é que eles tenham recebido dinheiro de comerciantes para fazer uma “limpeza” na área. ‘Além disso, podem ser as duas coisas’, afirma Gallas. Os quatro policiais eram lotados na 39ª Companhia Independente da Polícia Militar (Boca do Rio), área de Salvador onde são suspeitos de praticar diversos crimes. (GAUTHIER; BOTTO, 2012, disponível em <<http://www.ibahia.com>>)

Quando possíveis de finalização, as investigações em grande parte das vezes apontam policiais envolvidos com as milícias. Nesse caso citado na reportagem, eram quatro policiais lotados em uma mesma Companhia cometendo possíveis assassinatos. Servidores públicos que deveriam estar cuidando da segurança da população ao invés de expô-la ainda mais ao risco.

Essa imbricação entre a criminalidade e o Estado também dificulta e inibe as investigações possíveis. Quem se dispõe a se arriscar em uma investigação como esta, acaba colocando sua vida em risco, seja entre jornalistas, policiais, delegados. Como é o caso, já citado anteriormente, da juíza Patrícia Acioli que possuía uma atuação efetiva contra as milícias no bairro de São Gonçalo, a juíza foi assassinada ao chegar a sua casa.

Com apoio da Polícia Militar, os fiscais do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro) agiram em cinco municípios da região metropolitana e apreenderam 21 vans irregulares. Sete delas em São Gonçalo, município onde Patrícia Acioli trabalhava e de onde pode ter partido a sentença de morte contra ela, que deu várias sentenças contra as milícias. (SILVESTRE, 2011, disponível em <<http://g1.globo.com>>)

O repórter cita que a juíza recebeu uma sentença de morte contra ela, se remete às leis do Estado, mesmo que não tenham autoridade para determinar tal ação, na prática é o que ocorre. Esses grupos tomam para si a autonomia de julgar e decidir os destinos dos envolvidos com o processo, e caso o território e/ou o poder dos grupos sejam ameaçados, é a sentença de morte que é determinada.

O ex-secretário de Segurança do município, Paulo Storani, explica como funciona o esquema dos milicianos na região. ‘Surgiu como uma alternativa à ausência de um transporte coletivo efetivo e que pelo menos atendesse à expectativa da população. Começaram a usar da violência para anexar cooperativas a suas cooperativas, formando grandes conglomerados de transporte alternativo. Isso já caiu bastante, mas ainda são controlados por grupos de milicianos que vêm isso simplesmente como atividade econômica a ser explorada’, afirma Paulo Storani, ex-secretário de Segurança Pública de São Gonçalo. (SILVESTRE, 2011, disponível em <<http://g1.globo.com>>)

Esse processo acaba se tornando algo cíclico, pois não se tem a atuação efetiva do Estado com a segurança pública, abre espaço para a sua comercialização e de outros serviços, espaço para a atuação das milícias, do tráfico, e enquanto mais fortes esses grupos vão se tornando, mais afastado permanece o Estado, principalmente quando temos pessoas que atuam ao mesmo tempo no Estado e no crime organizado, “Com essa falta presente do poder público, permite que grupos de interesse usem da violência para calar, principalmente, autoridades que lutam contra seus interesses”, acrescenta o ex-secretário de Segurança Pública Paulo Storani. (SILVESTRE, 2011, disponível em <<http://g1.globo.com>>)

Alba Zaluar desmonta o argumento miliciano de que a atuação destes e sua presença na região traz segurança à população, pelo contrário, não é sinal de que a região está protegida:

Milicianos são fora-da-lei, tanto quanto os bandidos que reprimem e matam. Muitas dessas soluções tiveram origem no medo provocado pelos tiroteios constantes, as mortes por armas de fogo vistas por todos os moradores, os corpos espalhados nas ruas, a presença de drogados e traficantes armados incontroláveis, situações que muitas vezes resultam em agressões, assédio sexual e várias formas de violência que deixam indignados os pais de família. Mas isso não quer dizer que exista garantia de segurança maior ou paz, visto que homens armados, inicialmente dispostos apenas a proteger seus vizinhos, são homens com o diferencial da arma de fogo que lhes dá poder também sem controle institucional e que, portanto, pode ser abusado. É isso que se observa no fenômeno da privatização da segurança nas áreas denominadas “de risco”, mas na verdade “de vulnerabilidade” a esquemas militarizados de poder, como os de grupos de milicianos ou de traficantes que violam os direitos de cidadania da população local. (ZALUAR, 2007, p.92)

A milícia e o tráfico de drogas estão interligados. A forma como o tráfico ganhou espaço no cenário brasileiro é semelhante ao avanço da atuação das milícias. Contextos históricos diferentes, porém, ganham espaço em regiões onde as políticas de segurança pública não alcançam em locais que foram “deixados de lado”, para Alba Zaluar, desde antes do regime militar:

Por ter empregado a tortura, as prisões ilegais e a censura, o regime militar abriu o caminho para a disseminação do crime organizado em vários setores. Alguns oficiais, que haviam aderido a essas práticas subterrâneas, tornaram-se membros de grupos de extermínio ou de extorsão. Ou ainda se associaram aos “bicheiros”, os proprietários dos pontos ilegais para apostar no jogo do bicho, assim como aos traficantes de drogas (Gaspari, 2002). Foi durante o regime militar que os bicheiros passaram a participar e controlar as escolas de samba e seu desfile, transformando-as em empresas lucrativas. O clientelismo acentuado nos anos de chumbo e a nova ideologia das comunidades acabaram, por sua vez, por recriar a segmentação rígida em bases locais. A favela passou a chamar-se comunidade, sem sê-lo por sua grande diversidade interna: socioeconômica, religiosa, cultural. Essa segmentação facilitou a entrada e o domínio dos traficantes armados nas áreas faveladas da cidade. Mais ainda, os militares que se envolveram com o crime organizado do jogo proibido e do tráfico foram protegidos pela “Lei de Segurança Nacional”, que só foi suprimida em 1988, assim como pela “Lei de Anistia”, de 1979. (ZALUAR, 2007, p.39-40)

Luis Eduardo Soares, em entrevista ao *O Globo* na ocasião do lançamento do filme “Tropa de Elite 2”, fala a sua opinião sobre a milícia:

Antes de começar o trabalho, eu já identificava as milícias como a maior ameaça ao Estado democrático e de direito, o pior tipo de crime organizado, porque envolve polícia e política: policiais corruptos protagonistas da ação criminosa que atuam diretamente no Legislativo. (MONTEIRO, 2010, disponível em <<http://oglobo.globo.com>>)

Uma das principais diferenças entre as milícias e as demais formas de crime organizado é exatamente esta, a milícia está intrinsecamente ligada ao Estado, por meio de policiais corruptos, candidatos eleitos pela influência dos milicianos na população, servidores aposentados que mantêm contato com a atual administração, de qualquer área pública, enfim, as demais modalidades do crime organizado não estão ligadas a máquina pública dessa forma, ao contrário, procuram se manter bem longe dela, atuando do mercado ilegal e não no Legislativo.

Ainda sobre a entrevista, o repórter o questiona sobre a comparação entre tráfico de drogas e milícias: na resposta, o antropólogo faz um comparativo entre as duas formas, concluindo que ambas são grandes ameaças à segurança pública, cada uma em sua especialidade:

Você considera as milícias um problema maior do que o tráfico de drogas? Começamos o livro assim: "Acorde. O tráfico já era. A milícia é uma realidade que se impõe. E é a grande ameaça à segurança pública." Mas o tráfico também é uma grande ameaça à segurança pública... Os traficantes são muito jovens, pobres, nunca saíram da favela, não têm formação profissional, não têm capacidade administrativa, não têm visão de futuro, não têm projeto político... Os milicianos são homens de 30, 40 anos, geralmente policiais, profissionais formados, treinados, com conhecimento técnico, com capacidade administrativa e financeira, que se organizam para ocupar espaços políticos na Câmara Estadual e Câmara Federal. (MONTEIRO, 2010, disponível em <<http://oglobo.globo.com>>)

E por que o autor afirma que o tráfico já era? Soares responde com o argumento de que as pessoas envolvidas nesse setor atuam como milicianos, pois, é uma atividade mais lucrativa do que o tráfico. Isso se justifica pela oferta de produtos da milícia ser mais ampla do que o comércio de drogas, já que o segundo se destina a um mercado específico, enquanto que as tarifas cobradas pelas milícias se aplicam a toda população e de diversas formas, mais de uma tarifa por indivíduo: o transporte, a água, tv a cabo, entre outros:

As milícias são muito mais lucrativas. O tráfico é um negócio específico, com nicho de mercado. E as milícias trabalham com todas as possibilidades que a economia local oferece. Trabalham também eventualmente com drogas. Existe a ideia de que milicianos matam os traficantes e libertam as comunidades. Mentira. Eles preferem lugares abandonados. E fazem acordos quando o tráfico local é frágil. Os traficantes até trabalham para os milicianos. (MONTEIRO, 2010, disponível em <<http://oglobo.globo.com>>)

O que nos chama a atenção nesta reportagem não é se o tráfico “já era” ou não, mas mais uma vez mostrar como as milícias atuam interligadas. Ao mesmo tempo em que se relacionam com traficantes e toda a forma de agir do tráfico, no que diz respeito à posse de regiões e controle paralelo da área, também estão diretamente relacionadas ao Legislativo e à máquina pública.

3.4 UPPs

É no intuito de combater esses crimes que os governantes fizeram uso das Forças Armadas intervindo em áreas dominadas por traficantes e milicianos. Por exemplo, em 25 de novembro de 2010, na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, inicia-se um processo de ocupação das favelas do Complexo do Alemão, ao todo são 13 favelas onde vivem cerca de 150 mil pessoas, de acordo com José Arbex Jr (2011). O autor critica a utilização das Forças Armadas em um combate interno:

Nenhum país sério mobiliza as Forças Armadas contra o narcotráfico. Nenhum. Por várias razões. As Forças Armadas são treinadas para defender a soberania nacional contra agressores externos, e não para agir contra o seu próprio povo. Além disso, a guerra ao tráfico coloca a tropa em contato com agentes potencialmente corruptores. Finalmente, trata-se de uma guerra desmoralizante, por ser de antemão perdida. Só idiotas consumados podem acreditar que a repressão vence o tráfico, e apenas débeis mentais incuráveis levam a sério os discursos oficiais sobre a necessidade de acabar com o comércio ilegal de drogas. É um comércio que movimentava centenas de bilhões de dólares, injeta moeda no mercado especulativo, fornece dinheiro para o tráfico de armas, de seres humanos, de mercadorias. É indispensável, enfim, ao funcionamento da economia capitalista. Se alguém quiser acabar com o narcotráfico, terá que começar com a prisão de banqueiros e agentes financeiros, e assim produzir o colapso da economia mundial. (ARBEX Jr, 2011, p.5)

Invadir a favela, ocupar o espaço que está sendo usado para a venda das drogas, interfere apenas na distribuição da mercadoria. Ao instalar as UPPs e “pacificar” o local, o governo não interfere na rota mundial do narcotráfico, apenas altera o local do varejo.

Não são os vendedores da “boca de fumo” os responsáveis pelo narcotráfico, mas sim os grandes traficantes, que não são favelados e provavelmente moram em coberturas luxuosas, muitas delas longe da “boca de fumo”.

É ingenuidade pensar que a polícia desconhece onde encontrar os responsáveis pelo narcotráfico. Cabe-nos, entretanto, ir além dos motivos apresentados nos discursos governamentais para a instalação das UPPs e a repercussão que os meios de comunicação têm dado ao assunto sob a suposta pacificação e tranquilidade para a população desses locais.

Para Arbex Jr (2011), a Casa Branca pressiona todos os “países do seu quintal” para militarizar o combate às drogas há duas décadas. Foi no governo Lula que a essa prática foi adotada. Mesmo que em seu discurso, pouco após sua posse, sua interpretação sobre o assunto fosse outra, ele não deixou de ceder à pressão norte-americana:

Lula tem exata consciência do que faz. Em abril de 2003, pouco após de tomar posse, fez um discurso ousado de denúncia do narcotráfico como parte da indústria transnacional do crime organizado: “Ele tem o seu braço na política, tem o seu braço na Polícia, tem o seu braço no poder Judiciário, tem o seu braço nos empresários, tem o seu braço internacional. Então, é uma coisa muito poderosa, de que vez em quando nós vemos na televisão: ‘Polícia consegue apreender a maior quantidade de cocaína já vista no Brasil’. Aí o que apresenta a televisão? Cinco ou seis ‘bagrinhos’, ou seja, é sempre a mesma história. E nós só vamos combater o crime organizado quando a gente resolver pegar quem compra e quem vende, e não apenas quem está no processo de intermediação, que muitas vezes são pobres coitados, induzidos, para ganhar o pão de cada dia. Às vezes a gente ouve na televisão o seguinte discurso: ‘Tem violência? Tem. Vamos cercar a favela. Tem droga? Tem. Vamos ocupar a favela’. Possivelmente no dia em que a Inteligência da Polícia for mais ousada e mais forte do que a força bruta, a gente não precise invadir uma favela, mas, quem, sabe, subir numa cobertura, numa das grandes capitais desse país, e pegar um verdadeiro culpado pelo narcotráfico.” (ARBEX, Jr., 2011, p.5)

Esses chamados “verdadeiros culpados pelo narcotráfico” são grandes agentes financeiros que movimentam milhões com o tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Além disso, contribuem para o mercado especulativo. O controle do narcotráfico não está na favela, está nas mãos de uma parcela da população recém-enriquecida com o crime organizado.

Ao ser entrevistado pela jornalista Tatiana Merlino, para a Revista *Caros Amigos*, o cientista político João Batista Damasceno fala sobre a imprópria concepção de política criminal de combate por meio do aparato bélico.

‘Os termos também são impróprios. Fala-se em terrorismo, quando terrorismo é a atuação de um grupo político ideológico, visando à tomada de poder. Fala-se em guerra, mas toda guerra tem um motivo e um momento para começar e terminar, o que é diferente do crime. Toda vez que temos essa concepção de bem contra o mal, busca-se a eliminação do mal’, analisa. (MERLINO, 2010, p.18)

Com esse discurso do “bem contra o mal”, o foco do problema é deixado de lado. A falta de infraestrutura não é levada em consideração, e não há medidas para resolver a questão da população dessas regiões tomadas pela violência.

Segundo Marcelo Freixo (PSOL-RJ), para combater o tráfico, não basta intervir no comércio de distribuição das drogas, é necessário combater os grandes traficantes, que moram em bairros luxuosos, que possuem poder no capital financeiro, além de combater o tráfico de armas.

O deputado estadual Marcelo Freixo (Psol-RJ) defende também que para enfrentar o crime organizado é preciso ir à baía de Guanabara, local por onde as armas entram na cidade. ‘Ali, tem a operação financeira do crime organizado para o tráfico de armas. Isso não se enfrenta no Rio de Janeiro’. O deputado lembra que os verdadeiros grandes traficantes são os que operam no comércio internacional, tanto de drogas quanto de armas, ‘que estão sempre entre os quatro maiores comércios do mundo. São atividades de muita complexidade, muito lucro e muitas relações de poder’. (MERLINO, 2010, p.19)

Para Freixo, a ocupação do Complexo do Alemão não deixa de ser importante, é necessário assegurar à população condições básicas de segurança, porém, a ação isolada não é suficiente para garantir a segurança. Diferentemente dos meios de comunicação, não atribuímos a uma cena de traficantes correndo da favela do Cruzeiro para o Morro do Alemão o fim do tráfico. A imprensa chegou a noticiar o episódio como sendo o “Dia D” no combate ao tráfico. Segundo o deputado socialista, isso não passa de uma farsa midiática.

Freixo afirma que o tráfico de armas continua muito forte, assim como a quantidade de territórios dominados por grupos criminosos. ‘As milícias estão com seus líderes presos, mas suas atividades econômicas continuam funcionando à vontade’, afirma. Já Damasceno explica que ‘muitas áreas de onde o tráfico foi expulso foram tomadas pelas milícias, e muitas das comunidades voltaram a ter tráfico, mas, desta vez, com a territorialidade arrendada pelos milicianos donos da área’. (MERLINO, 2010, p.19)

O controle de várias regiões antes dominadas pelos traficantes, apenas mudou de mãos. Proteger a população parece ser apenas um discurso para efeito midiático,

pois há diversos interesses em jogo. Além do domínio de áreas pelos milicianos, as UPPs foram implantadas prioritariamente em regiões mais nobres, como a zona sul da cidade com o objetivo de proteger não os moradores das favelas, mas sim os do asfalto.

No ano de 2010 logo após tomar conhecimento de que o filme “Cidade de Deus” estaria no sexto lugar em uma lista dos 25 melhores filmes de ação de todos os tempos, publicada pelo diário britânico *The Guardian*, o autor do romance que serve de base para o filme, Paulo Lins, em entrevista ao *GI* fala ao repórter Aluizio Freire sobre sua opinião em relação às UPPs. Ele concorda com as intervenções, porém, afirma que “nunca faltou polícia na favela”, só não funcionava devido à corrupção misturada ao racismo, pobreza e falta de instrução.

Mas já existe um clima de mais segurança nas comunidades com a presença das UPPs e a expulsão dos traficantes armados.

- É claro que os lugares onde mora o povo pobre deve haver segurança como existe onde mora o povo com mais poder aquisitivo. A questão é a recuperação dos jovens envolvidos na criminalidade. Esse é o grande trabalho que o Estado deve fazer. E para isso, tem que transformar as cadeias num centro formador, num lugar de produção, de ensino, de aprendizado.

Muita gente morreu nos confrontos no início do governo do Sérgio Cabral, inclusive inocentes, e na Cidade de Deus não foi diferente. Alguns amigos me falaram que mataram pessoas rendidas. Isso é execução. E no Brasil não tem pena de morte. As cadeias no Brasil continuam sendo faculdade do crime. O sujeito vai preso e sai mais perigoso. Isso beira a tolice, é como criar cobra. Agora eu não sei por que a população toda não abraça a escola e a saúde pública. [grifos do autor] (FREIRE, 2010, disponível em <<http://g1.globo.com>>.)

O autor traz à tona nesse momento um problema estrutural, não apenas a má funcionalidade do nosso sistema carcerário, além desse aspecto, temos a questão de que as UPPs não resolvem o problema. Ao retirar os agentes do tráfico de determinada região, eles migram para outras, enquanto diminuem os índices de criminalidade nas denominadas regiões pacificadas, em outras um pouco mais distantes os índices se elevam. E nos outros pontos sociais nada se altera, como na educação, saúde, lazer.

O outro inimigo são as milícias. Você acredita que será possível combater esses grupos formados em sua essência por policiais corruptos?

- Não se pode esquecer que as milícias não são um fato novo em nossa realidade. Antes mesmo da milícia ‘Mão Branca’, na Baixada Fluminense, que essa relação de micros comerciantes e outros homens de pequeno poder - policiais, guardas penitenciários, bombeiros e militares - surgiu entre nós.

Foi de acordos para ‘limpar a área’ que as milícias nasceram há cerca de quarenta anos atrás. E seria bom colocar em pauta a segurança privada que também é uma espécie de milícia e já tivemos vários crimes com pessoas que atuam nesse serviço. Geralmente é o mesmo tipo de gente que atua nas milícias.

Em Rio das Pedras (favela em Jacarepaguá), reduto da antiga ‘Polícia Mineira’ que as milícias ganharam força e se espalharam por toda Zona Oeste. E, pasmem, com apoio ou vista grossa de todos os governos e de uma parcela da sociedade.

Hoje é esse monstro que tomou conta do Rio de Janeiro. Só espero que a polícia aja sempre com mais inteligência e menos violência no combate ao crime em nossa cidade. [grifos do autor] (FREIRE, 2010, disponível em <<http://g1.globo.com>>)

Ora são milícias que possuem o controle da região, ora é o tráfico, ora é o poder público. A estratégia do Estado para conter os grupos milicianos e o tráfico são as denominadas UPPs, com o objetivo de um policiamento efetivo e constante nas regiões com alto índice de criminalidade:

O que são as UPPs?

São unidades de policiamento comunitário permanentes, instaladas em favelas do Rio para acabar com o domínio do tráfico armado sobre esses territórios. Elas são construídas após a ocupação das comunidades por forças de segurança.

As UPPs são uma espécie de batalhão com sede fixa dentro da comunidade. O modelo dá preferência ao emprego de policiais militares (PMs) recém-formados, contando serem policiais ‘sem vícios’, como afirmou o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame.

Segundo o governo fluminense, o modelo de policiamento promove a aproximação entre a população e a polícia e o fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. [grifos do autor] (CARNEIRO, 2011, disponível em <www.bbc.co.uk>)

O próprio secretário da Segurança Pública admite que busca policiais “sem vício” para atuar no trabalho das UPPs. Policiais que não estão envolvidos com os grupos criminosos, para que seja possível algum resultado. As implantações das unidades veem sendo gradativa, até dezembro de 2011 haviam sido instaladas 18 unidades na cidade do Rio de Janeiro.

De dezembro de 2008 para cá, 18 UPPs foram instaladas em favelas do município do Rio. Algumas abrangem mais de uma favela.

Hoje (12/2011), segundo a Secretaria de Segurança Pública (Seseg-RJ), as unidades contemplam 68 comunidades e beneficiam 315 mil moradores diretamente, e mais 1 milhão de moradores de bairros vizinhos. (CARNEIRO, 2011, disponível em <www.bbc.co.uk>)

Os objetivos de ampliação das UPPs são em função de garantir a segurança para a Copa do Mundo. O foco não é qualidade de vida da população, mas sim, proporcionar que o evento ocorra de forma tranquila. “De acordo com a Seseg-RJ, a meta é instalar 40 UPPs no Rio até 2014, ano de realização da Copa do Mundo. Com este número, 165 comunidades estarão cobertas pelo programa, nas quais moram 1,5 milhão de pessoas”. (CARNEIRO, 2011, disponível em <www.bbc.co.uk>) É evidente que o intuito é garantir o retorno financeiro que o evento pode gerar ao Estado e aos cofres públicos.

O mapa das UPPs é muito revelador: é o corredor da zona sul, os arredores do Maracanã, a zona portuária e Jacarepaguá, regiões de grande investimento imobiliário. Então, são áreas de muitos interesses para o investidor privado. O Estado, portanto, retoma – militarmente – esse território. A retomada é militar para permitir um projeto de cidade, que é a Cidade Olímpica de 2016. (MERLINO, 2010, p.20).

Com a instalação dos policiais nas favelas, ocorreram várias alterações na rotina da população como, por exemplo, o toque de recolher, como afirma o *rapper* Emerson Nascimento à jornalista Tatiana Merlino em sua reportagem à Revista *Caros Amigos*, morador da favela Santa Marta, onde teve a primeira instalação de uma UPP. Ele se questiona: “Por que tenho que viver sob a tutela das armas, seja do tráfico ou da polícia?” (MERLINO, 2010, p.20). Em algumas regiões, o *funk* foi proibido em festas residenciais, porém, a opinião pública fora das favelas é favorável a essas medidas. Abusos que ocorreram nas ações de pacificação são legitimados devido ao advento da Copa e das Olimpíadas no Brasil, como se justificassem o abuso e a intervenção na vida de cidadãos. Outro fato legitimador é o pânico que a “indústria do medo” causa na população. A imprensa sensacionalista, que no intuito de se promover e lucrar com as reportagens, afinal, trata-se de uma mercadoria, enfatiza a violência e a criminalidade, causando um mal estar na população que, assustada, apoia os possíveis abusos.

Fato é que mais uma vez a mídia atua como um aparelho de controle ideológico eficaz. O debate em torno das ações no Rio de Janeiro está sendo construído com base na informação desigual e em cima de perigosos maniqueísmos. Ninguém em sã consciência é contra o combate ao tráfico ou afirmaria que a polícia é que é má, ou tampouco negaria que este enfrentamento direto, em algum momento, seria inevitável. É preciso lembrar que a própria corrupção no interior da polícia e os conhecidos abusos cometidos estão diretamente ligados à falta de uma política de segurança pública eficaz no País e acontece num cenário em que impera a má remuneração e condições de trabalho precárias, associados a um treinamento de repressão herdado da ditadura militar. Resultado é que em muitos lugares onde o tráfico foi reprimido, as milícias assumiram seu papel e hoje a fronteira entre a ‘polícia e o ladrão’ é muito tênue. (PRADO, 2010, p.21)

O propósito das UPPs é o de pacificar determinadas áreas periféricas da cidade do Rio Janeiro. Porém, apenas a questão da segurança está sendo levada em consideração, infraestrutura como saneamento e energia elétrica estão sendo deixadas de lado, tanto pelos governantes quanto pelos grandes meios de comunicação que preferem vincular a ação aos jogos olímpicos e à Copa do Mundo. A preocupação não se concentra na qualidade de vida da população, mas sim na garantia da movimentação financeira que os jogos trarão para o país. Nilo Batista, jurista e professor titular da UFRJ e UERJ, em entrevista à revista *Caros Amigos*, critica a atuação da polícia e as intervenções militares. O foco da segurança não está sendo feito de maneira correta:

Internamente, trata-se da contenção da pobreza urbana, que é o problema que a desigualdade obscena da sociedade brasileira coloca. Infelizmente, mesmo entre setores da esquerda, acaba prevalecendo um olhar moral, fruto de um preconceito inercial sobre o lumpesinato, que o capitalismo industrial era completamente explicável, mas no capitalismo sem trabalho, no capitalismo onde predomina o trabalho morto, eu não sei como pode permanecer. As esquerdas acham que as violências policiais contra os inúteis da economia neoliberal nada tem de político. Os desempregados, os inempregáveis, os irremediavelmente alijados, cujas estratégias de sobrevivência são criminalizadas implacavelmente, seriam eles os vilões da história que não acabou? Atrás das trombetas higienistas do ‘Choque de Ordem’ está a mcdonaldização da orla, a repressão do comércio informal popular, dos cocos, picolés, das quitandeiras do Galo ou do Pavão, que serão substituídas até o grande evento turístico-olímpico por assépticos sanduíches transnacionais. (SALLES, 2009, p.17)

Além de não dar conta das necessidades da população, o projeto das UPPs possui outros problemas, entre eles, a questão dos traficantes apenas se deslocam para outras regiões, ao invés de eliminar a presença do tráfico, apenas o transfere de endereço.

As comunidades onde já existem UPPs são: Santa Marta (Botafogo – zona sul), Cidade de Deus (Jacarepaguá – zona oeste), Jardim Batam (Realengo – zona oeste), Babilônia e Chapéu Mangueira (Leme – zona sul), Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Copacabana e Ipanema – zona sul), Tabajaras e Cabritos (Copacabana – zona sul), Providência (Centro), Borel (Tijuca – zona norte), Andaraí (Tijuca), Formiga (Tijuca), Salgueiro (Tijuca), Turano (Tijuca), Macacos (Vila Isabel), São João, Matriz e Quietão (Engenho Novo, Sampaio e Riachuelo), Coroa, Fallet e Fogueteiro (Rio Comprido – zona norte), Escondidinho e Prazeres (Santa Teresa), São Carlos (Estácio – zona norte), Mangueira (zona norte). (CARNEIRO, 2011, disponível em <www.bbc.co.uk>). Essas comunidades se

localizam próximo às áreas dos jogos olímpicos e Copa do Mundo, geograficamente, notamos também a preocupação financeira e não social que motivou a implantação do projeto:

O cinturão de segurança composto pelas UPPs até agora privilegia bairros da zona sul, onde estão as principais atrações turísticas do Rio, e as regiões onde serão realizados os jogos da Copa de 2014 e 2016.

Também se questiona se as UPPs serão sustentáveis em grande escala. Embora se preveja a implantação de 40 UPPs até 2014, o Rio tem mais de 600 favelas, de acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP). (CARNEIRO, 2011, disponível em <www.bbc.co.uk>)

A sustentabilidade das Unidades também são questionáveis, até que ponto são viáveis? De acordo com o trecho da reportagem citado, apenas no Rio de Janeiro são mais de 600 favelas, sem levar em consideração as demais regiões metropolitanas, Salvador, por exemplo. Por quanto tempo o Estado conseguirá sustentar o efetivo de policiais em cada região que tenha altos índices de criminalidade.

De acordo com o repórter Fabio Leite, as áreas não pacificadas do Rio de Janeiro possui uma criminalidade 20 vezes maior do que as áreas que possuem a presença das UPPs:

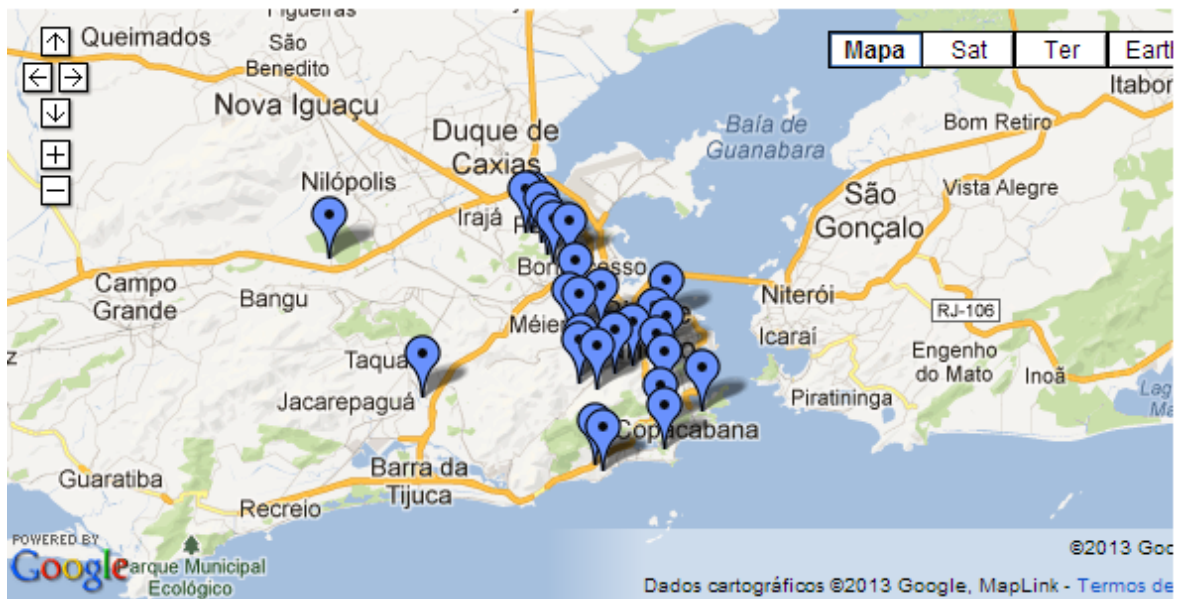
Levantamento feito pelo **UOL** com base nas estatísticas do ISP (Instituto de Segurança Pública) do Rio mostra que, entre maio de 2011 e abril deste ano (2012), a taxa de homicídios no extremo norte da capital foi de 47,9 casos por 100 mil habitantes.

Foram 254 vítimas de homicídio doloso ou roubo, lesão corporal e resistência seguidos de morte. O número fez da região que abriga 15 bairros, entre eles Acari, Irajá, Pavuna, Ricardo Albuquerque e Vicente de Carvalho, a mais violenta da capital.

No mesmo período, a taxa de homicídios na região que abrange Copacabana e Leme (zona sul) foi de 2,4 casos por 100 mil habitantes, a mais baixa da cidade. Maior centro hoteleiro do Rio, o bairro onde moram 163,3 mil pessoas recebeu três das seis primeiras UPPs do Rio. O resultado foi uma queda de 84% das mortes violentas, de 25 vítimas em 2009, ano da primeira unidade, para quatro nos últimos 12 meses. (LEITE, 2013, disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>)

Esses dados comprovam que a criminalidade é apenas realocada, os membros de grupos criminosos sejam do tráfico ou da milícia se deslocam para áreas não pacificadas, nas quais podem continuar exercendo seu poderio bélico e “político” sobre a população. Podemos notar na figura abaixo, como as UPPs estão concentradas em determinada região, diversas outras áreas necessitam de pacificação.

Mapa 1
Localização das UPPs no Rio de Janeiro



Fonte: LEITE (2012, disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>)

Mapa 2

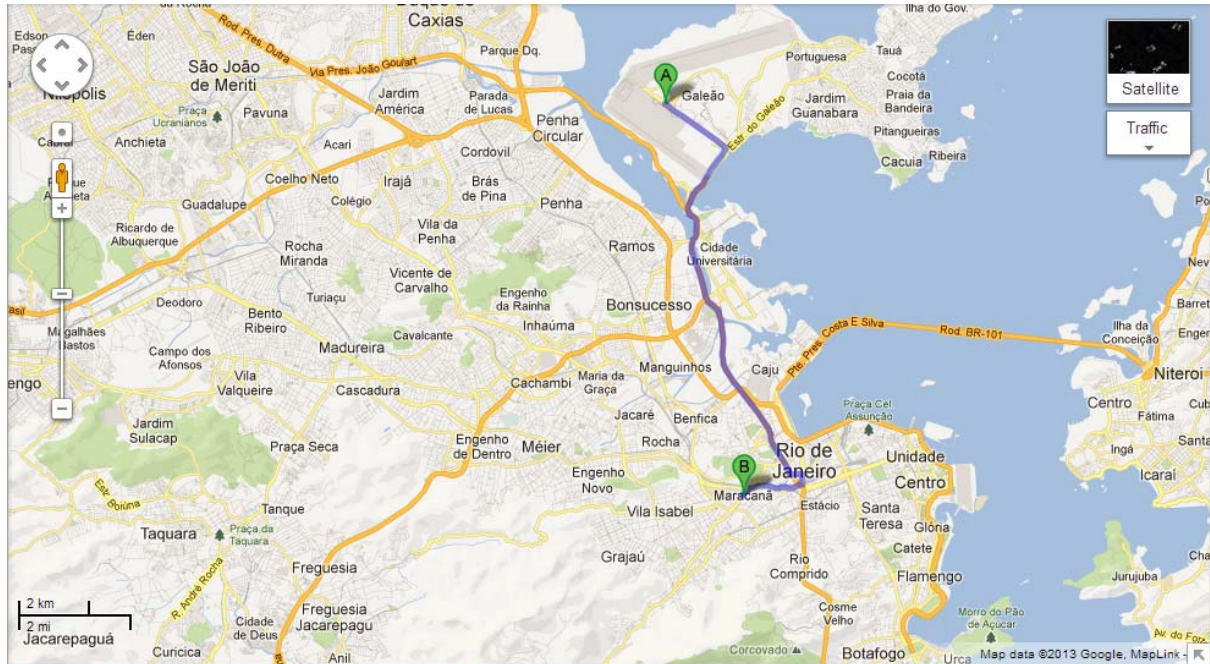


Fonte: LEITE (2012, disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>)

Comparando-se os mapas acima, enquanto no primeiro as UPPs aparecem concentradas no litoral do Rio de Janeiro, no segundo, em perspectiva localizada, mostra o Estádio do Maracanã cercado por elas, uma vez que será utilizado nos eventos próximos eventos esportivos, como a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014).

No mapa abaixo, ilustramos um provável percurso de turistas entre o aeroporto internacional do Rio de Janeiro (ponto A) e o estádio do Maracanã (ponto B) que, quando comparamos com o Mapa 1, notamos a forte presença das UPPs.

Mapa 3



Fonte: <https://maps.google.com.br/>

Com a concentração das UPPs no litoral e regiões relacionadas ao turismo e aos eventos mundiais que se realizarão no país, as demais áreas ficam carentes de policiamento e segurança, com seus índices de violência e criminalidade crescendo de forma constante.

Essa também é a realidade de quem mora no extremo da zona oeste, berço das milícias cariocas. Na região de Santa Cruz e Guaratiba, por exemplo, a taxa de homicídios foi de 43,6 casos por 100 mil habitantes. Na área vizinha de Bangu e Realengo, campeã das mortes violentas da capital (268 vítimas), a taxa foi de 39,4 casos.

Já em Campo Grande, onde os grupos armados formados por policiais e ex-policiais controlam serviços públicos, como transporte coletivo, a taxa foi de 33,4 homicídios por 100 mil habitantes. [...] No Rio, a taxa é de 27 casos por 100 mil habitantes.

Juntas, essas três áreas do subúrbio da zona oeste do Rio somam 1,6 milhão de moradores, 26% da população carioca (6,3 milhões), e assistiram a 37,5% de todas as mortes violentas registradas na capital (1.715) nos últimos 12 meses. (LEITE, 2013, disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>)

Baseados nesses dados, tentamos mostrar que as UPPs apenas apresentam uma pseudo pacificação. O resultado exibido por meios midiáticos, de forma distorcida, ou melhor, incompleta à população causa uma sensação de paz e tranquilidade necessárias para atrair turistas e consumidores para frequentar os futuros eventos esportivos mundiais.

Segundo a secretaria, ‘o objetivo primordial das UPPs é a retomada de território pelo Estado’ e não reduzir taxas de homicídio. ‘Por esse motivo, áreas com altas incidências criminais, como a Baixada Fluminense, necessitam prioritariamente de outras medidas, já que as UPPs não resolvem todos seus conflitos’, informou em nota. (LEITE, 2013, disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>)

Note-se a incoerência da mensagem acima: como uma área sob o controle do Estado teria altos índices de violência? Como é possível possuir o território sem possuir o controle sobre ele?

Para Luiz Eduardo Soares, a estrutura da polícia e as políticas de segurança pública não atendem às necessidades da população. Apenas comprar carros e armas para a polícia não é suficiente. Ele propôs um projeto de segurança durante o governo Garotinho, porém, não ficou no cargo até o final do mandato do governador, foi exonerado antes de terminar de colocar em prática sua proposta. Apesar de não enfatizar em seu projeto o combate à milícia, fica claro que a segurança pública é ineficiente, deixando campo aberto para a expansão da criminalidade e grupos denominados milícias agirem em vantagem própria.

Nosso intuito com este trabalho foi o de mostrar que mesmo estando diretamente relacionada com o tráfico e outros crimes, a milícia tem sua característica singular devido à sua relação íntima com o Estado e com os órgãos públicos. Funcionários públicos que atuam diretamente como milicianos, políticos eleitos pela influência da milícia atuando diretamente a favor de seus interesses, como também uma gama de favorecimentos possíveis graças ao conhecimento das metodologias da segurança pública, facilidade de acesso aos órgãos públicos e informações, entre outras vantagens em relação a outros crimes.

Enfim, essa diferença não se deu por acaso e temos nítida a concepção de que a milícia e sua atuação não têm por objetivo proteger a população e/ou determinada região. Ela é apenas mais uma face do crime organizado, porém, de uma forma mais enraizada na máquina pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a efetivação das políticas neoliberais na América Latina e em específico no Brasil, tentamos demonstrar suas consequências e efeitos para a população, indo além do setor econômico. Foi com o governo de FHC que as medidas neoliberais se concretizaram, e não podemos negar que, em princípio, houve a estabilização da moeda e o controle da inflação, porém, a que preço? E mesmo seguindo a cartilha neoliberal, o “Plano Real” entrou em crise no início do seu segundo mandato, em 1999.

Várias foram as consequências sofridas pela população: arrocho salarial, alterações na Legislação trabalhista, crescimento do número de trabalhadores informais, diminuição dos investimentos em educação, saúde, previdência, habitação, e no setor que mais nos chama a atenção para esse trabalho: na segurança pública.

Com a ineficiência da segurança pública, abre-se espaço para o crime organizado em suas diversas faces, como também para a comercialização da segurança privada. O que tentamos mostrar ao longo desse texto são essas facetas do crime organizado que se expandiram e ganharam espaço de atuação e poder tanto bélico quanto político.

No que se refere ao tráfico de drogas, identificamos as transações milionárias advindas da produção e circulação de drogas ilícitas e entorpecentes. Procedimentos que, apesar de serem ilegais, são semelhantes à lógica capitalista, a busca pelo acúmulo de capital, produção de valor e circulação da mercadoria, entre outros, se aproximam da legalidade. Porém, nesse caso têm-se diversos crimes envolvidos para possibilitar a concretização desse mercado. Por exemplo, a “lavagem de dinheiro” que transforma o lucro ilegal do tráfico em patrimônio.

Outro ponto que identificamos é o que se refere ao local de circulação das drogas, ao contrário do senso comum, a favela é apenas o local do varejo, onde encontramos a circulação da mercadoria. Os detentores dos meios de produção dessa mercadoria não se encontram nos morros cariocas, mas sim, em bairros e mansões de luxo.

Outra face do crime organizado que analisamos se refere ao tráfico de armas. Supreendentemente, identificamos que a maioria das armas ilegais do país é originária do mercado interno, das Forças Armadas e da polícia brasileira.

A ausência de uma fiscalização eficiente tem como consequência o desvio de armas das instituições, mas também, pessoas físicas que adquirem armas, colecionadores e

as empresas de segurança privada, que nas últimas décadas tiveram uma expansão significativa.

Essa fragilidade no processo, tanto da comercialização das armas, como das apreensões realizadas pela polícia, possibilitam que as armas sejam desviadas e traficadas dentro das fronteiras brasileiras. Paralelamente, temos o aumento nos índices de criminalidade, não se trata de uma consequência diretamente relacionada, porém, constatamos aqui a facilidade dos criminosos se armarem.

Nossa terceira e última face do crime organizado se refere às milícias. Que de início foram aceitas pela população e aos poucos foram tomando conta de territórios, mantendo um discurso de proteger a população de traficantes, e ao mesmo tempo iniciando uma prestação de serviços imposta à população, com a cobrança de taxas aos moradores da região. O motor motivador da milícia nunca foi a busca pela paz nas comunidades, mas sim a renda. O objetivo da atuação dos milicianos, como também o dos traficantes, é a busca pelo lucro. Tentamos aqui demonstrar a nossa hipótese de que as tanto as mercadorias ilegais do tráfico de armas, drogas e entorpecentes como a prestação de serviços pelas milícias são utilizadas para o acúmulo de capital.

Podemos assim, considerar a milícia como uma modalidade do crime organizado, porém, com uma especificidade, a imbricação com a máquina pública. Essa característica presente na atuação das milícias possibilita que o crime que antes era visto como um poder paralelo deixe de ser algo alheio ao Estado, pelo contrário, ele possui integrantes inseridos no crime organizado, o que além de favorecer em diversos aspectos os grupos criminosos, dificulta a investigação e punição de envolvidos.

A alternativa que o Estado buscou para conter a criminalidade carioca foram intervenções e a implantação das UPPs, medidas imediatistas que não resolvem de fato o problema causado pelo neoliberalismo. As áreas ditas pacificadas tiveram seus índices de criminalidade reduzidos, porém, nas demais regiões, a criminalidade continuou em crescimento. Os responsáveis pelo crime apenas mudaram seu endereço.

A urgência das autoridades em fazer com que esse projeto dê resultado se dá pelo advento dos eventos esportivos mundiais, porém, como demonstramos ao longo do texto, o número de unidades implantadas e o que se pretende implantar não corresponde a 10% (dez por cento) do número de favelas cariocas. Qual é a viabilidade desse projeto? O Estado conseguirá manter UPPs em todas as áreas que precisam de segurança pública?

Nosso intuito era mostrar que, apesar de possuir características próprias e uma inicial aceitação popular, as milícias são parte do crime organizado. Acreditamos que sua

principal diferença é a questão de não estar à parte do Estado, mas sim, ter surgido interligando tanto a máquina pública quanto o conhecido “poder paralelo”, sempre tendo como motor de suas atividades a acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. D. de, *Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)*. 2009. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP)
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- ARBEX JUNIOR, J. Rio 2010: o eterno retorno da barbárie. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIV n.166, p.05-06, janeiro 2011.
- BASTOS, M. Quadrilha de traficantes queria tomar poder em áreas onde milícias estão enfraquecidas, diz delegado. Maio 2012. *R7 Notícias Rio de Janeiro*. Disponível em <<http://noticias.r7.com>>. Acesso em 21 fev. 2013.
- BOITO JUNIOR. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Idéias*, Campinas, ano 9 (1), p.13-48, 2002.
- CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CARNEIRO, J. D. Três anos de UPPs no Rio: Entenda os avanços e desafios do programa. Dezembro 2011. *BBC Brasil*. Disponível em <www.bbc.co.uk>. Acesso em 11 fev. 2013.
- CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF. Disponível em <<https://www.coaf.fazenda.gov.br>> Acesso em 27 jan. 2013.
- COSTA, G. C. *Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*. 2011. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP.
- FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores. *Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG)*. 2.ed. São Paulo. Editora Segmento Ltda, 2005.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Crime organizado transnacional movimentou US\$ 870 bilhões por ano*. São Paulo, 16 julho 2012. Caderno Mundo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 06 nov. 2012.
- FREIRE, A. ‘Milícia é monstro que tomou conta do Rio’, diz autor de Cidade de Deus. Outubro 2010. *GI RJ*. Disponível em <<http://g1.globo.com>>. Acesso em 13 jan. 2013.
- FREIXO, M. PSOL Marcelo Freixo Deputado Estadual. Disponível em <<http://www.marcelofreixo.com.br>>. Acesso em 28 out. 2012.
- GAUTHIER, J.; BOTTO, C. Polícia investiga ação de milícias que cresceram durante a greve. Fevereiro 2012. *IBahia*. Disponível em <<http://www.ibahia.com>>. Acesso em 21 fev. 2013.

HARNECKER, M. *Tornar possível o impossível*. A esquerda no limiar do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEITE, F. Sem UPP, subúrbio do Rio tem taxa de homicídio 20 vezes maior do que área pacificada. Junho/2012. *UOL Notícias Cotidiano*. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em 13 fev. 2013.

LEONARDO, Mc. Politicamente Incorreto – Parte I. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIII n.148, p.10, julho 2009.

LEONARDO, Mc. Politicamente Incorreto – Parte II. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIII n.149, p.10, agosto de 2009.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

_____; ENGELS, F. O Manifesto Comunista. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MERLINO, T. Guerra aos pobres. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIV n. 165, p.18-20, dezembro 2010.

MONTEIRO, K. Antropólogo Luiz Eduardo Soares fala do diálogo entre o livro ‘Elite da tropa 2’ e o filme... Outubro 2010. *O Globo*. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>> . Acesso em 15 fev. 2013.

PETRAS, J. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, N. D.; RAMPINELLI, W. J. (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998. p.15-38.

PRADO, D. O Consenso forjado e os Perigos do Maniqueísmo. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIV n. 165, p.21, dezembro 2010.

PROCÓPIO FILHO, A. & VAZ, A. C.. O Brasil No Contexto Do Narcotráfico Internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n 1, junho 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 07 set. 2012.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj. *Comissão Parlamentar de Inquérito* (Resolução nº 433/2008). Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro. 2008

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj. *Comissão Parlamentar de Inquérito* (Resolução nº 19/2011). Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar, no âmbito do estado do rio de janeiro, o tráfico de armas, munições e explosivos e a consequente utilização desse arsenal, por traficantes de drogas, milicianos e outros bandos, quadrilhas ou organizações criminosas. 2011.

SALLES, M. Do Céu ao Inferno. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIII n.153, p.16-17, dezembro 2009.

_____. Máfia das Milícias. *Caros Amigos*. São Paulo, ano XIII n.149, p.30-32, agosto 2009.

SILVESTRE, E. São Gonçalo (RJ) é marcada por baixos índices sociais e violência. Agosto 2011. *Bom Dia Brasil*. Disponível em <<http://g1.globo.com>> Acesso em 06 jan. 2013.

SOARES, L. E. *Meu Casaco de General*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOUSSAINT, E. *La Bolsa o La Vida*. Las finanzas contra los pueles. 2.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

WACQUANT, L. *As Prisões da Miséria*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WOODIWISS, M. *Capitalismo Gângster*: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>. Acesso em 06 jan. 2013.

FONTE DE CONSULTA NA INTERNET

<https://maps.google.com.br/>